

**RELATÓRIO FINAL**

**CONTROLE SOCIAL, VIOLÊNCIA URBANA E  
DIREITOS HUMANOS**

**Aluno: Alexandre Pinto Mendes**

**Orientador: João Ricardo Wanderley Dornelles**

**Financiamento: CNPq/PIBIC**

# CONTROLE SOCIAL, VIOLÊNCIA URBANA E DIREITOS HUMANOS

**Aluno: Alexandre Pinto Mendes**  
**Orientador: João Ricardo Wanderley Dornelles**

## I - Introdução

A investigação a que nos propomos na pesquisa *Conflito Social, Violência Urbana e Políticas de Segurança Pública* teve como pressuposto a caracterização do momento histórico, social, político e econômico no qual estamos trabalhando. Tal esforço de contextualização é legítimo, se tivermos em consideração que nosso principal objetivo é contribuir para que as discussões teóricas alcancem uma efetiva sincronia com as demandas sociais concretas. Sem isso, facilmente poderíamos estar pensando as realidades particulares em desconexão com as realidades mais gerais, reduzindo nossa capacidade de compreensão e intervenção. O primeiro passo, portanto, é avaliar o que significa a pós-modernidade, enquanto uma forma particular de experiência histórica, e quais as relações desta nova etapa com as mudanças nas relações econômicas e sociais dentro do modo de produção capitalista, ou seja, com a hegemonização<sup>1</sup> do modelo de acumulação flexível ou neoliberal. A partir daí, cabe entender como se insere o Brasil neste contexto particular. Não se trata de reduzir a importância da análise local, mas de entender o regional em relação ao global, sem pretender conferir *a priori* importância maior a nenhum dos termos da relação. A preponderância de um sobre o outro será delimitada não no campo teórico, mas na materialidade das relações políticas, econômicas e sociais. Este é o princípio de uma análise sobre os mecanismos de controle social, entendidos aqui em sentido amplo, como todo e qualquer meio empregado na manutenção e reprodução de uma dada ordem social<sup>2</sup>.

Mas há algumas dificuldades não desprezíveis nesta tarefa. Apesar da incerteza que parece acompanhar a “condição pós-moderna”, podemos dizer com bastante segurança que vivenciamos uma crise no quadro epistemológico das ciências sociais. A principal marca desta crise, no entanto, não é ser ela decorrente de um desenvolvimento interno próprio e autônomo. Para além de uma revisão exclusivamente científica das máximas das ciências sociais, estão questões político-ideológicas decorrentes da própria experiência histórica pós-moderna<sup>3</sup>, especialmente a partir da segunda metade do século XX, mais especificamente com

---

<sup>1</sup> O termo “hegemonização” refere-se ao conceito de hegemonia utilizado por Lênin e desenvolvido por Antonio Gramsci e que será um dos instrumentos teóricos utilizados neste trabalho para entender a relação entre a formação econômico social e a dominação política. É interessante notar que apesar de as idéias neoliberais já serem uma realidade para a teoria econômica desde os anos 40, quando desenvolvidas principalmente por Frederich Von Hayek, sua utilização enquanto diretrizes políticas e ideológicas só se tornam relevantes no contexto da crise econômica dos anos 70.

<sup>2</sup> Sem essa referência concreta o conceito de controle social tende a ser naturalizado. Isto faz com que se torne “aparentemente neutro, justificando como natural e normal a desigualdade social, a limitação da liberdade e da autonomia, além da seletividade do sistema”. In DORNELLES, João Ricardo W. *Conflito e Segurança – entre Pombos e Falcões*. Rio de Janeiro: Lúmen Iuris, 2003. p. 24.

<sup>3</sup> Refiro-me às mudanças culturais e sociais que, a partir da década de 70, passam a ser entendidas sob a idéia de “condição pós-moderna”. Segundo David Harvey “as metaligüagens, as metateorias e metanarrativas do modernismo (particularmente em suas manifestações ulteriores) tendiam de fato a apagar diferenças importantes e não conseguiam atentar para disjunções e detalhes importantes. O pós-modernismo tem especial valor por reconhecer as ‘múltiplas formas de alteridade que emergem das diferenças de subjetividade, de gênero e de sexo,

a emergência, notada por Negri e Hardt, do que se conceitua como “política da diferença”<sup>4</sup>. Trata-se de um processo cujas origens remontam ao contexto do pós-guerra e cujos desenvolvimentos acompanham os movimentos de independência nas colônias nos anos 50, a crise política nos países do leste europeu, os diferentes movimentos de rebeldia dos países capitalistas nos anos 60 e, fundamentalmente, a crise geral do mundo produzido pelo capitalismo fordista-keynesiano. Os esquemas interpretativos fornecidos pelas ciências sociais pareciam ter perdido a validade – segundo Negri e Hardt, esquemas típicos do pensamento moderno baseados em dualismos e essencialismos – ou pelo menos a atualidade. Deste processo, mesmo que contemplando avanços práticos inegáveis, parece resultar, sobretudo, o descrédito de qualquer tentativa de interpretação das relações sociais a partir de uma perspectiva sistêmica, “metateórica” ou “metanarrativa”, com pretensões totalizantes. O risco – não apenas teórico, mas principalmente político – destes esquemas estaria em reduzir-se a complexidade da experiência concreta, através de simplificações sucessivas, com vistas a estabelecer uma relação de determinação, capaz de atribuir um sentido a estrutura social como um todo, dando mais ênfase à dimensão objetiva e massacrando a dimensão subjetiva por uma uniformização por vezes autoritária.

Esta vertente crítica pós-modernista muitas vezes incorre no reducionismo que se propôs a combater. Exemplo disso é o tratamento dado ao marxismo e ao materialismo histórico enquanto teoria da sociedade e prática na sociedade, com seu “recorte de classe” com o qual se pretenderia “explicar tudo”. Um desconhecimento do pensamento marxista que leva a questionar se os críticos efetivamente se dedicaram a estudá-lo. Não adentrando no mérito deste debate, o fato é que temos hoje um senso-comum anti-marxista, incapaz de pensar dialeticamente os contextos históricos específicos, as disputas políticas que conduziram a desenvolvimentos práticos negativos e à derrota de movimentos radicais que tinham como referência a teoria construída por Marx. Invalida-se *a priori* o potencial de uma teoria revolucionária, sem levar em conta a estreita ligação entre o que se pode chamar de uma dita “decadência do marxismo” ou caducidade do “recorte de classe” – da qual o fracasso do “socialismo real” seria o símbolo mais presente do fracasso da proposta revolucionária, representativo do “fim da história”<sup>5</sup> – e a prática contra-revolucionária, não dialética, materialista mecânica, positivista, que deforma a própria teoria, impedindo-a de dar conta de totalidades cada vez mais abrangentes, tornando-a um sistema fechado, determinista, ao contrário de um sistema aberto. Paralelamente a isto, os pós-modernistas se aproveitam desta contradição como “uma maneira valiosa de deixar para trás questões políticas clássicas, tais como por que a maioria das pessoas não dispõe do suficiente para comer, que acabaram sendo escorraçadas da ordem do dia”<sup>6</sup>.

---

de raça, de classe, de configurações de sensibilidade temporal e local e deslocamentos espaciais e temporais’ (Huysens, 1984, 50)”.

<sup>4</sup> HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 157.

<sup>5</sup> O socialismo certamente pressupõe uma *telos*, a da possibilidade de uma sociedade verdadeiramente justa e livre. Uma parte do pós-modernismo acolhe esta possibilidade, ao mesmo tempo em que rejeita toda teleologia. Como afirma Terry Eagleton, “A História, em oposição à história com h minúsculo, é para o pós-modernismo, um caso de teleologia. Isto é, ela depende da crença de que o mundo está rumando propositadamente em direção a algum objetivo predeterminado”. Paradoxalmente, a afirmação do fim da história é essencialmente teleológica: se algo chegou ao fim, é por que o *telos* foi alcançado. Por outro lado, o autor salienta que “Marx não nutria outro sentimento que não desdém pela idéia de que havia algo chamado História que dispunha de leis de moção independentes dos seres humanos. Imaginar que o marxismo seja uma teleologia nesse sentido, como parecem fazer muitos pós-modernistas, não passa de uma caricatura tão sinistra quanto imaginar que Jacques Derrida acredite que uma coisa pode significar outra, que ninguém jamais teve intenção alguma e que nada existe no mundo além de escrever”. EAGLETON, Terry. *As ilusões do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998. p. 51.

<sup>6</sup> Idem, p. 33.

Lola Aniyar de Castro, em sua *Criminologia da Reação Social*, coloca em questão os princípios de uma criminologia crítica marxista. Um de nossos objetivos, portanto, é demonstrar a importância da referência em Marx, e debater alguns aspectos do debate metodológico hoje pautado pelos pós-modernistas, com intuito de esclarecer um possível caminho para uma teoria crítica do controle social. Neste sentido, vale dizer que temos como referência o marco teórico da chamada criminologia crítica ou radical, um campo do pensamento criminológico onde “privilegia-se o estudo das definições, ao dirigir a sua atenção à análise do poder e dos interesses, em seus papéis de geradores de definições penais úteis para manutenção do sistema”<sup>7</sup>. Em outras palavras, a criminologia radical toma o *processo de criminalização* em seu sentido mais amplo, como estratégia central de controle social<sup>8</sup>. Esta concepção, em oposição às abordagens positivistas e funcionalistas pressupõe o crime ou o desvio como um produto da sociedade historicamente determinada. Um fenômeno social que assume contornos diversos de acordo com as especificidades econômicas, políticas e ideológicas de cada sociedade. Por este motivo, entende o indivíduo ou grupo desviante na sua relação dialética com os instrumentos sociais de definição e controle do desvio, apontando para sua seletividade em função da manutenção da ordem estabelecida. Nas análises da criminologia tradicional, naturalizam-se estas relações sociais, tornando o desvio o resultado de uma deformidade biológica ou de um estado de patologia social. Em particular na sociedade onde predomina o modo de produção capitalista, a criminologia radical cumpre o papel de denunciar a relação entre o processo de criminalização e reprodução de uma ordem social marcada pelo antagonismo entre o capital e o trabalho, indicando a necessidade de ruptura com tal modelo.

Ao combater uma visão fragmentária da sociedade, retratando-a como uma “*totalidade* cheia de conexões e diferenciações”<sup>9</sup>(grifo meu), certamente colocamos em dúvida a possibilidade de uma teoria social imparcial e primordialmente contemplativa. A falta de engajamento, a criação de um falso abismo entre teoria e prática nos leva a ignorar o caráter transformador do conhecimento. Engajar-se em defesa de um projeto radical deixou de ser uma possibilidade para os teóricos. No debate extremamente difundido na sociedade sobre violência e segurança pública, a constatação da necessidade de transformação profunda das estruturas sociais deixou de ser pressuposto dos estudos críticos, hoje muito mais direcionados a resolver situações específicas e dar conta de contextos localizados. Simultaneamente, as organizações (partidos políticos e movimentos sociais) de esquerda, especialmente as que têm como referência o marxismo, parecem desmerecer a importância da formulação de uma política alternativa a respeito do controle social e da violência, o que contribui para um rebaixamento desta discussão. Encontramos poucas, mas valiosas, vozes dissonantes, que contribuem pelo fato de ao menos reconhecer a relação íntima entre o aprofundamento do capitalismo neoliberal e o fortalecimento do controle social penal: “a grande política social da contemporaneidade neoliberal, é a política penal”<sup>10</sup>.

Diante desta conjuntura teórico-política, não é demais que os estudos críticos “repetitivos” e apontarmos sempre o eixo de unidade desse aparente caos que constitui o fenômeno da violência nas sociedades contemporâneas. A criminalização da pobreza e seu tratamento carcerário, o discurso reacionário da “lei e da ordem” – com seu corolário do

---

<sup>7</sup> CASTRO, Lola Aniyar de. *Criminologia da Reação Social*. Rio de Janeiro: Forense, 1983. p. 138.

<sup>8</sup> O conceito de controle social é aquele utilizado por Stanley Cohen “um conjunto de meios pelos quais uma sociedade responde aos indivíduos ou grupos sociais que, de alguma maneira, colocam em risco a ordem estabelecida”. In DORNELLES, João Ricardo W. *Conflito e Segurança: entre Pombos e Falcões*. Rio de Janeiro: Lúmen Iuris, 2003.

<sup>9</sup> HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna – uma investigação sobre as origens da mudança cultural*. 14ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005. p.55.

<sup>10</sup> BATISTA, Vera Malaguti. *O Medo na Cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história*. Rio de Janeiro: Revan, 2003. p.33

endurecimento da lei penal –, a onipresença da “lógica da guerra” nas políticas de segurança pública, a utilização do medo difuso como justificativa para ações repressivas específicas são, de fato, essenciais à dinâmica do capitalismo contemporâneo. Não é por coincidência que isto se verifica de maneira análoga tanto nos “países centrais” como em “países periféricos” como o Brasil, com suas diferentes intensidades e desdobramentos.

A formulação teórica sempre pode ser capaz de contribuir para que construamos um projeto alternativo a este “Estado Penal de Guerra”, com metas de curto, médio e longo prazo, conectados com a necessidade de fazermos frente ao projeto neoliberal como um todo. Ou seja, ao contrário do que nos propõe o discurso hegemônico sobre segurança pública, que pensa a política social através da ótica penal, devemos pensar a política penal através da ótica social. Mais do que isso: devemos estar dispostos a debater esta formulação nos espaços da militância política (movimentos populares, movimentos estudantil e sindical, partidos e agremiações políticas diversas), como forma de enriquecê-la e fortalecê-la *na e pela* prática. Neste relatório, no entanto, podemos apenas ressaltar a importância deste projeto e desta prática.

Tal mudança de atitude, convém repetir, é urgente. No Brasil, há um setor considerável da população sendo vitimado<sup>11</sup> pelo genocídio oficial resultante do aprofundamento da ótica penal de controle social, viabilizada pela conjunção de diversos mecanismos ideológicos, políticos e econômicos, desde o fim da ditadura militar. O contexto da redemocratização, a previsão constitucional de um amplo rol de direitos e garantias fundamentais parece não ter sido capaz de evitar que as políticas de segurança fundadas na “lógica da guerra” – acompanhadas de políticas sociais compensatórias e populistas – se tornassem hegemônicas. O Brasil ainda é o “moinho de gastar gente” de que falava Darcy Ribeiro: a violência que assegurou o processo civilizatório se faz presente hoje mais do que nunca, amparada na mais avançada tecnologia de guerrilha urbana, andando de “caveirão” pelos morros cariocas. Os alvos são justamente os setores populares, cada vez mais sujeitos às precárias estratégias de sobrevivência na economia informal, submetidos a um sistema de trabalho precário, sem garantias ou perspectivas.

A este respeito, é indispensável uma análise mais atenta sobre a participação dos militares na segurança pública e como se dá o deslocamento estratégico de sua intervenção na política a partir da transição para o governo civil, nos anos 80. Muitos episódios simbólicos para a definição do panorama da violência no Brasil e no Rio de Janeiro estão diretamente ligados à lógica militar da segurança pública e à atuação clandestina da polícia militar, por exemplo, nas chacinas de Vigário Geral, da Candelária, e mais recentemente da Baixada Fluminense. Além disso, os militares oferecem uma resistência muito relevante à implementação de políticas de segurança alternativas, e ao controle não-corporativo da instituição policial, ao mesmo tempo em que se cogita frequentemente da presença do exército nas ruas para garantir a “sensação de segurança”.

Para além destes questionamentos mais abrangentes, está um olhar atencioso que dirigimos sobre a cidade do Rio de Janeiro. Podemos considerá-lo como a etapa final do estudo, na qual pretendemos dimensionar o quão estreita é a conexão entre a construção conflituosa e desigual – acentuada, em nosso entendimento, pela política dos governos César Maia – do espaço urbano do Rio e a definição de paradigmas simbólicos e práticos sobre violência e segurança pública.

---

<sup>11</sup> Segundo o relatório da ONU sobre execuções sumárias, só entre os anos de 2000 e 2001 foram mortos 3017 civis pelas polícias civil e militar, dos quais 1705 foram mortos por policiais fora de serviço. A maioria dos casos é registrada como morte em confronto, através de autos de resistência. No entanto, geralmente comprova-se que os disparos letais são feitos pelas costas das vítimas, à curta distância. As vítimas são, em geral, jovens negros entre 15 e 19 anos. Este índice nefasto de letalidade cotidiana justifica a utilização do termo genocídio. Fonte: site da ONG Justiça Global – [www.global.org.br](http://www.global.org.br)

Por mais que o Rio não tenha exclusividade sobre essa definição, o que é evidente diante de acontecimentos como os de 2006 em São Paulo, acreditamos que há uma posição privilegiada de nossa cidade neste processo. O “terror” que assola São Paulo já faz parte do cotidiano carioca e a tendência é que estes fatos se repitam em outros centros urbanos, à medida que se amplia o “Estado Penal de Guerra”. Um dos principais fatores que levam a esta conclusão é a configuração sócio-espacial única da cidade do Rio de Janeiro. A distribuição das desigualdades no espaço urbano através do eixo centro-periferia, como na maioria dos grandes centros urbanos, não se aplica ao Rio de Janeiro. Isto implica na convivência próxima de setores dominantes – altos funcionários públicos, empresários, profissionais liberais, entre outros – com os setores subalternos – trabalhadores formais e informais, moradores de favelas aonde, segundo o senso-comum, concentra-se o crime organizado e, por consequência, a origem da violência - o que, jungido às estratégias ideológicas de difusão do medo, exacerba e tensiona as contradições decorrentes da estratificação social. A favela, mesmo com todas as recentes tentativas de seu enquadramento midiático, é o *locus* de todo o “mal” e da “violência”: uma inversão perversa da realidade, perfeitamente condizente com o tratamento penal que é dado às questões sociais no contexto do capitalismo neoliberal. À municipalidade cabe o papel de contenção geográfico-urbanística da favela, pois em não se podendo mais “resolver” este problema através da remoção, é preciso evitar que elas se espalhem.

O espaço urbano carioca caracteriza-se, portanto, como “palco” privilegiado do conflito social e “laboratório” da sociedade de controle no Brasil contemporâneo. Neste sentido, como teremos a oportunidade de avaliar, soma-se a já antiga questão da contenção das favelas o tratamento administrativo-penal do significativo crescimento do trabalho informal na região metropolitana. Este fenômeno não é apenas local, mas está em conexão com o que acontece mundo afora, com mais intensidade a partir da década de noventa do século XX. Uma ampla massa de trabalhadores, incapazes de encontrar o emprego formal seja no campo, seja nas periferias industriais, seja no setor de serviços, lança-se à sorte do trabalho sem direitos e sem garantias nas ruas das grandes cidades. Na cidade do Rio de Janeiro, os vendedores ambulantes passam de mero incômodo a transeuntes e comerciantes – que se resolvia violentamente, mas sem alarde – a um confronto aberto e violento com as autoridades, nas principais áreas comerciais da cidade.

A guarda municipal, que está adstrita ao militarismo no combate aos trabalhadores ambulantes, vem desempenhando um papel importante na caracterização do espaço urbano como espaço de conflito, no qual a “lei e a ordem” e a higiene social devem prevalecer. Apesar do crescente contingente que encontra ocupação na economia informal, a política de César Maia em relação aos camelôs do Rio é, a um só tempo, sintoma e modelo do controle social neoliberal.

## II - A Propósito de uma Teoria Crítica do Controle Social

“No entanto, é necessário que nos entendamos: essa esclerose não corresponde a um envelhecimento particular, mas é produzida por uma conjuntura mundial de um tipo particular; longe de estar esgotado, o marxismo é ainda bastante jovem, quase na infância: mal começou a se desenvolver. Continua sendo, portanto, a filosofia de nosso tempo: é insuperável porque as circunstâncias que o engendraram ainda não foram ultrapassadas”.

Jean-Paul Sartre

O aparato jurídico-penal desempenha um papel central na manutenção da ordem hegemônica atual. Não podemos correr o risco, portanto, de que nossas análises fiquem adstritas ao campo tradicionalmente atribuído à criminologia, qual seja o de uma sociologia do Direito Penal. O controle social é, conforme a conceituação acima mencionada, muito mais abrangente do que lhe quer a tradição criminológica. Sua tendência é se capilarizar pela estrutura social: uma diversidade de formas de exercício do poder social atuando em conjunto, alcançando inclusive as mais básicas dimensões da existência material, através da estruturação do tempo e do espaço<sup>12</sup> da vida social. Ainda assim, a sociedade capitalista desenvolve uma profunda dependência da utilização de instituições como a polícia, o processo penal e a prisão, ou seja, da coação física monopolizada pelo Estado. O que se nota atualmente é a ampla difusão da lógica interna repressiva e punitiva destas instituições para outros meios de controle social, que antes lhe serviam de complemento necessário. Isto ocorre ao mesmo tempo em que se redefine a dinâmica da intervenção estatal na economia e na vida social. Desta maneira, o modelo de acumulação capitalista flexível ou neoliberal, como teremos oportunidade de demonstrar, se apóia na construção de um Estado penal, que deve ser entendido de forma ampliada, no sentido gramsciano do termo.

Todavia, esta caracterização teórica deve ser precedida pela realização de uma discussão epistemológica, ou seja, de um questionamento acerca da estrutura do *processo de produção de saber* sobre a sociedade e, mais especificamente, sobre o controle social. Como dissemos, o impacto das críticas pós-modernistas aos esquemas interpretativos das ciências sociais leva-nos a retomar este debate. Um dos objetivos deste capítulo é, portanto, criticar as abordagens pós-modernistas, o que não significa um resgate indistinto do modernismo, nem o descarte dos avanços que podem ser identificados naquelas abordagens. Além disso, para realizar esta crítica, devemos incorporar uma perspectiva interdisciplinar, que vá além do campo jurídico. Uma teoria crítica do controle social tem como uma de suas tarefas “entender a coerência e a integração de todos os elementos do controle social, que deve ser visto, portanto, como um sistema, integrado ao sistema socioeconômico e político em geral”<sup>13</sup>.

A opção por uma perspectiva abrangente, no entanto, não é meramente formal, ou seja, ela envolve um conteúdo político: em nosso caso, escolhemos um determinado referencial de análise a partir de uma necessidade prática, a de contribuir para a transformação da sociedade. É preciso realizar, portanto, alguma justificativa desta escolha, sem nenhuma ingenuidade no sentido de lhe querer universalmente válida, para além das condições concretas que nos levam a realizá-la. Em outras palavras, reconhecemos que toda teoria, ao servir de instrumento para compreensão de uma dada realidade, tende à universalização de suas conclusões, mas não supomos que a legitimidade desta universalização advém da suposta correção da própria teoria, de sua adequação à princípios metafísicos do intelecto, e sim da coerência entre teoria e prática. Como dizem Marx e Engels, na *Ideologia Alemã*: “as premissas de que partimos não são bases arbitrárias, dogmas; são bases reais que só podemos abstrair na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de existência, tanto as que eles já encontram prontas, como aquelas engendradas de sua própria ação. Essas bases são, pois, verificáveis por via puramente empírica”<sup>14</sup>.

---

<sup>12</sup> David Harvey desenvolve a idéia de “tempo e espaço como fontes de poder social”, a partir das contribuições dos mais diversos autores, inclusive de Foucault, para entender a articulação entre os processos econômicos e políticos e a mudança cultural. HARVEY, David. *A condição pós-moderna – uma pesquisa sobre origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

<sup>13</sup> CASTRO, Lola Anyiar de. *Criminologia da Libertação*. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2005. p.167.

<sup>14</sup> Ver ENGELS, Frederich e MARX, Karl. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2002. Note-se que a verificação por via puramente empírica não pode levar a confusão entre o materialismo histórico e alguma forma de empirismo. Mais adiante Engels e Marx advertirão que “desde que se represente esse processo de atividade

Não há neste posicionamento político aberto um sacrifício da objetividade do conhecimento. Ao contrário, é importante perceber justamente que o desenvolvimento de um saber sobre a sociedade, para além de uma compreensão positivista, torna questionável a imparcialidade da teoria, apoiada na rígida separação epistemológica entre sujeito e objeto<sup>15</sup>.

Ao pensar a sociedade, o “objeto de conhecimento”, o “sujeito de conhecimento” está inserido em uma série de relações sociais determinadas que correspondem a suas condições materiais de existência, sendo impossível abstraí-las em nome da objetividade do conhecimento. Sua atividade intelectual, portanto, encontra-se enquadrada por aquelas relações que estão na base mesma de sua subjetividade, ainda que a partir de sua atividade o sujeito possa transformá-las, transformando também a si mesmo. O risco sempre apontado pelas concepções materialistas é que, ao teorizar a sociedade, tal abstração não só é operada como leva a confundir as idéias – ou o discurso que as veicula – com a própria realidade<sup>16</sup>. Diante desta assertiva as teorias pós-modernistas vacilam em reconhecer este caráter dialético da subjetividade. Como diz Eagleton o pós-modernismo “ao mesmo tempo libertário e determinista, sonha com um sujeito humano livre de limitações, deslizando feito um desvairado de uma posição a outra, e sustenta simultaneamente que o sujeito é mero efeito do conjunto de forças que o constituem”<sup>17</sup>. Além disso, esforçam-se por desacreditar o papel do sujeito na história, ao recuar para uma nova forma de historicismo, que reduz os processos históricos a uma série incoerente de perspectivas singulares, uma multiplicidade que acaba mesmo por se enredar na lógica que recusa<sup>18</sup>.

Daí a importância da escolha que fazemos e da retomada da crítica, no sentido atribuído a ela pelo marxismo, fazendo-se necessário desfazer alguns equívocos decorrentes do “senso-comum anti-marxista”, e retomar algumas formulações básicas. É David Harvey quem primeiro nos chama atenção para este senso-comum: “as metanarrativas que os pós-modernistas desdenham (Marx, Freud e até figuras ulteriores como Althusser) eram muito mais abertas, nuançadas e sofisticadas do que os críticos admitem. Marx e muitos marxistas tinham olho para o detalhe, para a fragmentação e para a disjunção, olho que com frequência é substituído por uma caricatura nas polêmicas pós-modernas”<sup>19</sup>.

---

vital, a história deixa de ser uma coleção de fatos sem vida, tal como é para os empiristas, que são eles próprios também abstratos”.

<sup>15</sup> Para ser mais exato, é a filosofia de Hegel que primeiro promove a ruptura com esta concepção. No dizer de Alexandre Kojève, a filosofia hegeliana entende que, “considerados isoladamente, o sujeito e o objeto são abstrações que não têm uma realidade-objetiva (Wirklichkeit), nem existência-empírica (Dasein). O que existe em realidade – uma vez que se trata da realidade-de-que-se-fala e, já que falamos de fato da realidade, só pode ser para nós de uma realidade-de-que-se-fala – é o sujeito-que-conhece-o-objeto ou, o que dá no mesmo, o-objeto-conhecido-pelo-sujeito”. KOJÈVE, Alexandre. *Introdução à leitura de Hegel*. Rio de Janeiro: Contraponto: EDUERJ, 2002. p. 425.

<sup>16</sup> O conceito de ideologia surge a partir da crítica do idealismo alemão e de sua redução da realidade à consciência. As idéias se tornam autônomas em relação ao processo de vida real dos homens e a história se torna apenas a história das idéias: “a filosofia da história de Hegel é a última expressão conseqüente, levada à sua mais pura expressão, de toda essa maneira que os alemães têm de escrever a história e na qual não se fala de interesses reais, nem mesmo de interesses políticos, mas de idéias puras”. Idem, p. 38.

<sup>17</sup> EAGLETON, Terry. *As Ilusões do Pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998. p. 37.

<sup>18</sup> “O que o pós-modernismo recusa não é a história mais a História – a idéia de que existe uma entidade chamada História, dotada de propósito e sentido imanentes, que se vai desdobrando furtivamente à nossa volta até quando falamos. Mas ao decretar o fim dessa entidade revela-se um tanto paradoxal, visto que, ao fazê-lo, não há como evitar de abraçar a lógica que se recusa. (...) Se podemos definir a data do fim da História – se o pós-modernismo decolou nos anos 60 e 70, ou quando supostamente acabaram o fordismo, a cultura autônoma ou as metanarrativas -, isto quer dizer que ainda estamos até certo ponto dentro da estrutura daquele relato linear”. Ibidem. p. 38.

<sup>19</sup> HARVEY, David. *A Condição Pós-moderna – uma investigação sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1992. p. 111.



Em síntese, o que está em jogo é, como diriam Hardt e Negri, a luta imanência e transcendência<sup>20</sup>: em nosso entendimento, o marxismo oferece instrumentos suficientes para uma *teoria imanente da sociedade capitalista*. Uma teoria capaz compreender o processo de produção da vida social no modo de produção capitalista a partir de suas bases reais, históricas, econômicas, políticas e ideológicas e, a partir dessa compreensão, orientar a *práxis* transformadora da sociedade. Ao contrário de reduzir a complexidade das experiências singulares, busca-se justamente identificar a relação dialética dessas experiências com a estrutura social. Em outro sentido, a armadilha da transcendência – que pode estar presente também na apologia do caótico e do fragmentário, uma vez que hesita em dar respostas à coerência e à materialidade de uma *ordem* social opressora – logo fica afastada, uma vez que essas bases reais estão em contínua transformação, levando a teoria mesmo a transformar-se e constantemente rever suas próprias conclusões. Se o entendermos dessa forma, então o risco do “marxismo doutrinário” ou do “determinismo econômico” inexistente, uma vez que “Marx, como o observa Ollman (1971), criou seus conceitos em termos relacionais, de modo que, valor, trabalho, capital, estão ‘separando-se e reunindo-se continuamente em novas combinações, numa luta interminável para chegar a um acordo com os processos totalizantes do capitalismo’”<sup>21</sup>.

Neste capítulo, buscaremos realizar uma sumária exposição de aspectos relevantes da teoria marxista, a fim de que se desfaçam os mais comuns equívocos. Por este motivo, algumas noções serão trabalhadas no curso dos outros capítulos, na análise de situações específicas.

## A) História e liberdade

Não há como desvincular as origens do pensamento marxista do debate filosófico e político do iluminismo, no qual a filosofia hegeliana causou abalos significativos. Acrescenta-se a isto o fato de que a concepção materialista da história, que representa a ruptura de Marx com a tradição, significou não só uma “revolução teórica”<sup>22</sup> não só em relação aos jovens hegelianos e à Feuerbach como também em relação às concepções modernas acerca das condições e possibilidade da emancipação humana, da liberdade e da justiça.

A verdadeira significação da dialética hegeliana, como diz Kojève, é ser ela a base de uma antropologia fenomenológica na qual se descreve a existência empírica humana<sup>23</sup>. Hegel, embora tomando a realidade efetiva do homem como uma exteriorização da consciência, uma abstração, é o primeiro a identificar os problemas clássicos da teoria do conhecimento com a *atividade* humana, ou seja, de situar a história do pensamento em relação aos filósofos singulares que pensaram<sup>24</sup>. Sua crítica idealista chega ao limite do conhecimento abstrato: para Hegel, a verdadeira ciência chega ao seu auge porque descreve o próprio movimento do saber, contemplando todos os seus “fenômenos”, seus aparecimentos na história humana. Assim, a *Fenomenologia* nada mais é do que o registro dos diversos

---

<sup>20</sup> A tensão entre imanência e transcendência está na origem do conhecimento moderno, uma vez que nega-se a “autoridade divina e transcendente sobre os negócios mundanos”. Negri aponta o potencial desse conhecimento moderno inicial que “passou do plano transcendente para o plano imanente, (...) tornou-se um fazer, uma prática de transformar a natureza”. In HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001. pp. 89 e 90.

<sup>21</sup> Ibidem. p. 55.

<sup>22</sup> Termo utilizado por Althusser.

<sup>23</sup> Ver KOJÈVE, Alexandre. *Introdução à Leitura de Hegel*. Rio de Janeiro: Contraponto: EDUERJ, 2002. p. 460.

<sup>24</sup> Marx diz que Hegel “tem o mérito de ter mostrado primeiramente os lugares de nascimento de todos esses conceitos impróprios pertencentes, segundo sua origem, a filósofos singulares”. MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

“momentos” da consciência-de-si, através do qual Hegel pode conceber a história humana como história das idéias, e a realidade humana na sua historicidade como atividade de produzir idéias. Ao mesmo tempo, todo o debate filosófico anterior com suas demonstrações, refutações e aporias é um resultado parcial da dialética real, do movimento do Ser existente. A dialética assume aqui o caráter não de um método, mas do próprio movimento do real (abstrato). O que possibilita a antropologia fenomenológica é, por este motivo, uma ontologia dialética, que concebe a realidade como movimento, como um constante processo de transformação de si.

Esta ontologia dialética se assenta na alteridade, categoria tão cara aos pós-modernistas. Ela é tão constitutiva do ser quanto a identidade, na medida em que esse ser não é fixo e imutável (espaço, natureza), mas também devir (tempo, história). O ser está constantemente tornando-se diferente de si mesmo (outro), mas sempre conservando sua identidade. Só se pode tornar-se diferente e ser o mesmo, no entanto, através da exteriorização da própria essência em algo lhe é estranho, por oposição a alguma outra coisa. Esta oposição deve ser negada novamente, o estranhamento deve ser suprimido, a fim de que se confirme aquela essência. Este processo de negação e conservação é o verdadeiro sentido de superação dialética.

Esta concepção ontológica, portanto, só faz sentido para Hegel se entendida da perspectiva humana, histórica. É o homem que, em sua atividade (intelectual), pode negar o real-dado (transformando-o), exteriorizando sua essência, opondo-se a algo, estranhando o que é, para ele, um outro<sup>25</sup>. Aqui, intervém uma noção importante: a da dialética entre senhor e escravo. Hegel define a formação da consciência-de-si, este processo de negação e superação dialética, não como uma relação homem-natureza, mas como uma relação entre *consciências* humanas. Uma *luta* pelo reconhecimento, que termina com a vitória do senhor, uma *consciência consciente de si* e, portanto, autônoma, e derrota do escravo, um homem sem autonomia, imerso em uma existência quase-animal, a quem resta apenas trabalhar. Ao mesmo tempo em que o trabalho é sujeição, ele aproxima o escravo de uma humanidade completa: esta atividade lhe permite criar um mundo especificamente humano; o senhor nada cria, apenas usufrui. Desta maneira, o escravo está em condições de, ao se libertar (ser reconhecido), atingir sua plena auto-realização.

É por isso que Marx afirma que “Hegel apreende o trabalho como a essência do homem que se confirma”. Contudo, “o trabalho que Hegel conhece e reconhece é o abstratamente espiritual. O que forma, assim, a essência da filosofia em geral, a exteriorização do homem que se sabe, ou a ciência exteriorizada que se pensa, isto Hegel toma como sua essência, e por isso pode, frente à filosofia precedente, reunir seus momentos isolados, e apresentar sua filosofia como a filosofia”<sup>26</sup>.

Neste sentido, Hegel se distancia da tradição: a filosofia não foi capaz de tomar consciência de si mesma, enquanto atividade auto-produtora da realidade do homem. Simultaneamente, o homem só será realmente livre e emancipado na medida em que for livre para exercer sua atividade criadora pela qual ele se confirma enquanto tal. E essa confirmação é buscada pelo homem, na medida em que o homem deseja o reconhecimento de sua humanidade. Não existe, portanto, liberdade em si, como um atributo natural do homem, como na ficção jusnaturalista. Também não há liberdade que seja externa ao homem, conferida por uma norma que se eleva acima dele, seja uma norma jurídica, seja uma norma obtida através da razão. A liberdade está em se fazer livre, em ser reconhecido como tal por sua realização no mundo, o que se dá num processo de luta. Este desejo de reconhecimento,

---

<sup>25</sup> “Não que a essência humana se *desumanize*, se *objetive* em oposição a si mesma, mas sim que ela se *objetive* na *diferença* do, e em *oposição* ao, pensar abstrato [é o que] vale como essência posta e como [essência] a ser supra-sumida (aufzuhebende) do estranhamento”. Ibidem, p. 121.

<sup>26</sup> Ibidem, p. 124.

na visão de Hegel, é o que nos torna seres sociais e políticos, e esta luta faz da nossa auto-realização um processo coletivo.

Todavia, por conceber o trabalho apenas como trabalho abstrato, como atividade intelectual, Hegel torna-se um entusiasta das conquistas políticas modernidade burguesa e esta é a consequência política mais grave de seu falso criticismo. A era moderna – e em particular o iluminismo – foi capaz de elevar o saber até o máximo e a própria filosofia hegeliana representa seu ápice. O Estado moderno representa esse pleno desenvolvimento do saber (o Saber Absoluto) e não é senão uma exteriorização dele: como entidade política que tem como fundamento a igualdade e a liberdade, permite que todo indivíduo tenha reconhecida sua busca de auto-realização, sua individualidade, sendo as diferenças históricas entre os homens superadas dialeticamente.

É contra esta concepção idealista da história – e, portanto, da realidade especificamente humana – que Marx vai se insurgir. Ele reconhece o aspecto positivo da filosofia hegeliana: “a grandeza da *Fenomenologia* e de seu resultado final – a dialética, a negatividade como princípio motor e gerador – é que Hegel toma, por um lado, a auto-produção do homem como um processo, a objetivação e desobjetivação, como exteriorização; é que compreende a essência do trabalho e concebe o homem objetivo, verdadeiro, porque homem efetivo, como resultado de seu próprio trabalho”. Ao mesmo tempo, acusa-lhe de tornar toda a realidade concreta uma abstração, através da redução de toda efetividade à consciência-de-si, da luta entre senhor e escravo a uma metáfora. Esta nova teologia, no entendimento de Marx, estava diretamente vinculada ao papel político concreto da filosofia na sociedade alemã: o de mistificar as contradições da sociedade burguesa nascente naquele país, tanto que chegava “a despertar no coração do burguês alemão um agradável sentimento nacional”.

A concepção materialista da história, a ruptura teórica definitiva como Hegel, com o idealismo e com o materialismo contemplativo de Feuerbach, será detalhada por Marx e Engels na *Ideologia Alemã*, texto publicado integralmente pela primeira vez apenas em 1932. Trata-se de um texto central para o marxismo, uma vez que estabelece as bases de uma teoria revolucionária e radical, voltada não para a interpretação do mundo, mas para sua transformação<sup>27</sup>.

O fundamento desta teoria revolucionária e da revolução teórica, desfazendo a inversão da dialética hegeliana, é conceber o “mundo sensível” como práxis, ou seja, como *a soma da atividade viva e física dos indivíduos que o compõe*<sup>28</sup>. Assim, o real e a efetividade não são apenas abstrações, momentos da consciência-de-si ou o pensar *exteriorizado* que retorna a si mesmo pela retirada desta exteriorização, representando o movimento dialético do real. A realidade humana e a história são produtos de nossa atividade material, através da qual transformamos a natureza<sup>29</sup> de maneira peculiar e, ao fazê-lo, transformamos a nós mesmos, confirmando nossa condição de seres humanos reais. A dialética certamente é o princípio motor do real; mas “ao contrário da filosofia alemã que desce do céu para terra, aqui é da terra que se sobe ao céu”<sup>30</sup>.

O idealismo e, no caso da crítica de Engels e Marx, o idealismo alemão, se equivoca justamente por partir da maneira como os homens pensam, representam ou dizem para entender o que fazem. Entende as idéias e a razão como forças que impulsionam a história, ao

---

<sup>27</sup> Referência à célebre XI tese contra Feuerbach “os filósofos só interpretaram o mundo de diferentes maneiras; do que se trata é de transformá-lo”. ENGELS, Frederich e MARX, Karl. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p.103.

<sup>28</sup> Ibidem. p. 46.

<sup>29</sup> Não há nesta concepção uma oposição entre história e natureza. A natureza – não só a organização peculiar do corpo humano, mas o conjunto das condições naturais – é o ponto de partida que determina os meios de existência mais elementares, que devem ao menos ser reproduzidos pela produção.

<sup>30</sup> Ibidem. p. 19.

passo que o materialismo prático entende a revolução no âmbito da atividade material dos homens como a única maneira de se produzir uma transformação histórica. Como teoria, é evidente que o materialismo implica certo grau de abstração e a representação da realidade, sem as quais não poderia chegar a explicar nada. Mas elas estão fincadas no contexto prático dos homens, seu limite é atividade material destes homens e é a partir disso que concebe a formação de suas próprias idéias. Neste sentido, ela se preocupa em atingir um nível de abstração necessário para se entender o mecanismo de desenvolvimento da práxis humana em um determinado período histórico. Tendo em vista a característica essencialmente dialética dessa práxis, a abstração teórica jamais consegue dar conta de todos os problemas, de explicar tudo, como supõem as caricaturas pós-modernas. Há sempre um novo elemento a ser considerado, uma nova derivação. Por isso mesmo suas conclusões não podem ser definitivas: estão sempre sujeitas a revisão e à autocrítica, considerando que a realidade estudada é sempre dinâmica e aberta. Além disso, a teoria só é materialista neste sentido se efetivamente voltada para transformação das condições reais em que é produzida. É por isso que Marx e Engels advertem para o risco do idealismo, sempre presente no esforço teórico: “o comunismo não é nem um *estado* a ser criado, nem um *ideal* pelo qual a realidade deverá se guiar. Chamamos comunismo um movimento *real* que supera o estado atual de coisas. As condições desse movimento resultam das premissas atualmente existentes”.

Isto pressupõe, portanto, que estejamos em sociedade, em dependência com outros seres humanos, que não somos indivíduos isolados e autônomos. Nossas próprias limitações naturais nos impediriam de sobreviver em condições de isolamento<sup>31</sup>. Através da nossa atividade material *social*, portanto, produzimos nossos meios de existência, indiretamente, nossa vida material. Essa produção, no entanto, não pode ser considerada sob um “único ponto de vista, ou seja, enquanto reprodução da existência física dos indivíduos. Ao contrário, ele representa, já, um modo determinado de atividade desses indivíduos, uma maneira determinada de manifestar sua vida, um *modo de vida* determinado”<sup>32</sup>.

Esta concepção materialista tem, portanto, conseqüências diretas para o debate da emancipação humana e da liberdade tão precioso para os iluministas. Marx vai trazer as questões da filosofia política para o terreno histórico concreto da sociedade burguesa, sem recorrer às ficções jusnaturalistas, ao moralismo kantiano ou à filosofia do direito hegeliana. Por isso, denúncia o caráter ilusório dos ideais revolucionários burgueses, com sua abstração das diferenças e contradições da vida material dos homens. A liberdade efetiva, portanto, só pode se dar no âmbito da atividade material dos homens e nenhuma emancipação humana é possível sem que se realize uma ruptura revolucionária, uma transformação do modo de produção que transforme a própria condição humana. Entretanto, esta formulação é a mais geral possível, e se considerada apenas em abstrato, conduz a diversos equívocos teóricos e práticos.

## **B) Modo de Produção e Formação Econômico-social**

A menção ao *modo de vida* é fundamental para correta compreensão de *modo de produção*, como veremos adiante. Frequentemente este conceito é tomado pela dogmática pós-moderna como um conceito fechado, economicista. Na verdade, “Marx e Engels jamais

---

<sup>31</sup> “Essa forma de considerar as coisas não é isenta de pressupostos. Ela parte de premissas reais e não as abandona por um instante sequer. Essas premissas são os homens, não os homens isolados e definidos de algum modo imaginário, mas envolvidos em seu processo de desenvolvimento real em determinadas condições”.

Ibidem p. 20.

<sup>32</sup> Ibidem, p. 11.

definiram o conceito de modo de produção que tão amiúde empregam”<sup>33</sup>, provavelmente porque isto implicaria uma abstração total de um contexto prático que poderia ser captado apenas no processo histórico. Não obstante, esse conceito-chave é utilizado sem referência a uma realidade determinada toda vez que os autores desejam ressaltar sua importância para o entendimento do conjunto das relações sociais e do processo histórico, por oposição às concepções idealistas e historicistas dominantes que sempre combateram.

No prefácio da contribuição à crítica da economia política, em polêmica com os idealistas e teóricos burgueses, Marx dirá que “tanto as relações jurídicas como as formas de Estado não podem ser compreendidas *por si mesmas* nem pela chamada evolução geral do espírito humano”<sup>34</sup>. Ou seja, a teoria até então não fez mais do que um círculo vicioso: buscou explicar o desenvolvimento dessas relações sociais jurídicas e políticas através da narrativa seu próprio desenvolvimento. Ou então, como recurso teórico, buscou explicar seu desenvolvimento por motivos transcendentais, seja pela evolução do espírito, seja pela “luz da razão”, seja pela autoridade e sabedoria divinas.

Para romper definitivamente com o idealismo, Marx vai ressaltar ao papel determinante do modo de produção na compreensão da história humana e na desmistificação das relações sociais: “na *produção social de sua vida*, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes de sua vontade, relações que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção formam a *estrutura econômica da sociedade*, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. *O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina seu ser, mas seu ser social que determina sua consciência*” (grifo meu)<sup>35</sup>. Esta curta passagem é utilizada pelos críticos como o exemplo sintético do economicismo inerente à concepção materialista da história, especialmente no que diz respeito ao efeito condicionante do modo de produção em relação às demais relações sociais. No entanto, devemos lançar um olhar mais atento sobre ela, a fim de entender sua relação com a idéia de *modo de vida* a que nos reportamos.

Em primeiro lugar, Marx não identifica a estrutura econômica da sociedade com o modo de produção. De fato, a estrutura econômica é sua base real, ou seja, o contexto da práxis humana<sup>36</sup> voltada para a satisfação de necessidades. Na sua versão idealista, este contexto só se desenvolve a partir do estabelecimento de formas de consciência social, de representação de realidade social. É o que acontece ao se supor, por exemplo, que a escravidão é decorrente de uma distinção inata entre homens brancos e negros, estabelecida por Deus. É preciso, portanto, ressaltar sua concretude e sua autonomia em relação a essas formas de representação.

Entendido este caráter da estrutura econômica, que ainda neste ponto carece de detalhamento, Marx faz menção à superestrutura jurídica e política. Não raro a “metáfora do edifício” leva os mais afoitos a identificar superestrutura com algo ilusório, ideológico. Obviamente, seria um absurdo supor que as relações jurídicas e políticas não possuem um aspecto prático, especialmente no que diz respeito ao exercício de poder e ao uso da coação

---

<sup>33</sup> HARNECKER, Marta. *Os Conceitos Elementais do Materialismo Histórico*. São Paulo: Edições Sociais, 1973.

<sup>34</sup> MARX, Karl. *Prefácio à “Contribuição à Crítica da Economia Política”* in *Marx e Engels: Textos*. 3º vol. São Paulo: Edições Sociais, 1982. p. 301.

<sup>35</sup> *Ibidem*. p. 301.

<sup>36</sup> Não podemos confundir a práxis humana transformadora com o trabalho, que é sua forma alienada. Muito embora a palavra trabalho (*Arbeit*) seja a efetivamente utilizada por Marx, ele o faz em referência à sociedade capitalista e ou às demais formações econômico-sociais. Ver o texto “Trabalho estranhado e propriedade privada”, in MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

física na sociedade. É por isso que o texto lembra sua *correspondência* com determinadas formas de consciência social. Com efeito, a propriedade privada em sua materialidade imediata não é mais do que a possibilidade de usar a força para excluir a coletividade do uso e da fruição de um determinado bem. Mas esta relação de força é sempre acompanhada de uma maneira de representá-la: a propriedade privada é encarada como direito sagrado, como direito natural, etc.

Na base desta representação, esta uma relação material, ou seja, algo na esfera da vida material da sociedade e que ganha sentido apenas neste contexto. A propriedade privada, que se traduz numa coação, está ligada a uma determinada maneira de se apropriar dos meios pelos quais se atendem as carências materiais. Esta relação é apenas superficialmente, vale dizer, uma relação entre os homens e as coisas; sem dúvida, trata-se uma relação entre homens. Neste sentido, a vida material dos homens só pode ser definida como o conjunto de relações entre homens para produzir sua existência, de relações sociais de produção, de maneiras a partir das quais os homens se relacionam (dialeticamente) com a natureza e com os outros homens, ou seja, a partir das quais os homens realizam sua práxis transformadora, *criando os meios de satisfazer suas necessidades físicas e espirituais* e, mediadamente, produzindo socialmente toda sua vida, sua história individual e coletiva. Ao produzir os homens o fazem segundo um determinado *modo*, uma maneira de organização social da produção, que os levam a desenvolver também determinadas formas de repartição do produto social. Manifestam, em sua prática, uma configuração específica das relações de produção nas quais se inserem, um modo prático de viver e, por isso, um modo de vida.

Marx faz questão de apontar que essas relações são necessárias e independentes da vontade. Isto porque a organização da produção social da vida não está embasada em nenhuma espécie de contrato. Não escolhemos nascer em um determinado país, não escolhemos a nossa origem de classe, nossa família, etc. Estas relações são fruto do desenrolar de um processo histórico e, portanto, da práxis humana individual e coletiva.

O conceito de modo de produção serve para representar teoricamente a totalidade social, na qual o aspecto prático-econômico, as “estruturas fundamentais das relações através das quais os homens, em condições históricas determinantes, produzem e reproduzem as condições materiais de suas vidas”<sup>37</sup> é determinante. Isto não pode significar que as demais esferas da *práxis* – política, jurídica, religiosa – não tenham seus próprios desenvolvimentos e não desempenhem um papel importante na configuração da totalidade das relações sociais. Significa, de um lado, que as representações ideais que correspondem a estas práticas não são determinantes para este desenvolvimento. Nem mesmo a representação ideal que se erige para explicar o funcionamento da economia é válida neste sentido: a “mão-invisível” como explicação para a suposta auto-regulação do mercado de Adam Smith é um exemplo claro disso, pois significa retirar da esfera das relações sociais algo que é imediatamente produzido por ela. De outro, significa que as demais práticas sociais têm a capacidade efetiva de participar do desenvolvimento de um determinado processo histórico<sup>38</sup>, mas só a esfera das práticas econômicas pode produzir transformações globais na estrutura social, ou seja, pode produzir alterações de um nível mais geral e mais profundo. Uma vez que o processo de produção da vida social assume prioritariamente uma forma econômica, ou seja, uma forma única pela qual o homem, em sociedade, se apropria da natureza e produz os meios para satisfazer suas mais diversas necessidades e, neste ato, cria novas necessidades e novos meios para satisfazê-las, enfim, um mundo especificamente humano, artificial.

---

<sup>37</sup> HALL, Stuart. *O “Político” e o “Econômico”*. in POULANTZAS N. e HUNT A. *Classes e Estrutura das classes*. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1977. p. 63.

<sup>38</sup> Esta participação será descrita a seguir, quando discutiremos os problemas políticos da luta de classes e da hegemonia.

O modo de produção é, pois, o nível máximo de abstração a que podemos chegar com vistas a explicar uma determinada realidade histórica. No caso do capitalismo, apenas designa os “termos e relações – os lugares e condições que devem ser preenchidos – através dos quais podemos reconhecer o modo como se processa a ‘produção sob condições capitalistas’”<sup>39</sup>. É por isso que intervém o conceito de *formação econômico-social*, que goza de maior concretude, uma vez que designa a totalidade concreta e historicamente determinada cujo desenvolvimento se processa de acordo com relações de produção específicas, em um determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas<sup>40</sup>. Isto implica, sobretudo, que a formação econômico-social não é um tipo puro: de fato, o modo de produção capitalista se caracteriza por sua auto-expansão contínua, na qual “dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas”<sup>41</sup>; mas essas transformações, como produto da *práxis* social, operam de maneira dialética, não-linear, contraditória. Dependem, em cada caso, do estado da luta de classes, do peso das relações sociais pré-capitalistas na economia e na vida social como um todo, da resistência ideológica aos valores da sociedade capitalista: fatores que estão associados às tradições locais e à história específica de um dado grupo social.

### C) Luta de Classes

Não raro o marxismo é identificado por seus críticos – e neste ponto os teóricos liberais e pós-modernos estão de acordo – como uma teoria das classes sociais, uma teoria que pretende explicar, a partir do fenômeno da estratificação social, a formação de classes rivais que englobam todas as identidades e projetos dos indivíduos. Por sua maneira de ver supostamente reducionista, o marxismo atribuiria todo o caminhar do desenvolvimento histórico em escala global às transformações econômicas na estratificação social<sup>42</sup>. Uma caricatura economicista e mecanicista, que serve ao pós-modernismo “de esquerda”<sup>43</sup>, em especial, uma vez que é usada para justificar uma evasão da luta política concreta por uma sociedade sem classes.

De fato, as classes sociais são, para o marxismo, um dado do desenvolvimento dos diversos modos de produção historicamente conhecidos, um modo histórico de ser das relações de produção. A estratificação por classes, em si mesma, explica apenas uma desigualdade nas relações de produção. Elas significam fundamentalmente que, num determinado grau de avanço da divisão social do trabalho, os homens ocupam lugares diferentes na estrutura econômica do modo de produção, aos quais correspondem diferentes papéis e diferentes retribuições.

Em sua empreitada de desmistificação das relações sociais, Marx e Engels primaram pelo entendimento de que essa distribuição dos indivíduos na produção não é fruto da religião ou da natureza, muito embora estas representações ideais tenham um papel indispensável e inseparável da existência de classes: o de perpetuar, ao longo das gerações, a origem prática

---

<sup>39</sup> HALL, Stuart. *O “Político” e o “Econômico”*. in POULANTZAS N. e HUNT A. *Classes e Estrutura das classes*. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1977. p. 63.

<sup>40</sup> O desenvolvimento das forças produtivas está relacionado à produtividade do trabalho social, ou seja, ao resultado da mobilização social de todos os meios técnicos e humanos direcionados à produção.

<sup>41</sup> ENGELS, Frederich e MARX, KARL. *O Manifesto do Partido Comunista* in *Marx e Engels - Textos*, 3º vol. São Paulo: Edições Sociais, 1982.

<sup>42</sup> “Como o próprio Marx comentou certa vez, o que havia de original em seu pensamento e no de Hegel não era a descoberta da classe social, que fora tão óbvia como a Mont Blanc muito antes de começarem a escrever. Era, sim, a afirmação bem mais controvertida de que o nascimento e morte das classes sociais, junto com as lutas entre elas, estão intimamente ligados ao desenvolvimento de modos históricos de produção material”. EAGLETON, Terry. *As Ilusões do Pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998. p. 63.

<sup>43</sup> Chamo pós-modernismo “de esquerda” as correntes teóricas que, embora reconheçam que a sociedade está permeada de opressões (de etnia, de gênero, de opção sexual, entre outras), não consideram que a luta de classes seja a luta fundamental. Muitas vezes porque defendem que as classes não mais existem.

desta estratificação, qual sejam os processos históricos concretos de luta, expropriação e dominação de uns homens sobre outros. Estes processos são dados muito mais relevantes do que a própria estratificação; de fato, uma concepção materialista prática se importa com a transformação do mundo e, neste caso, importa saber como os homens puderam transformar-se em seres socialmente diferentes uns dos outros. Ou seja, importa saber como através destes processos, nos diferentes períodos históricos estudados, uma determinada classe se organizou e se tornou vitoriosa em relação à outra, ocupando uma posição social privilegiada, através da qual garantia a apropriação das forças produtivas, inclusive do trabalho humano, e de todo o produto social. Determinava sua redistribuição às classes derrotadas sem, no entanto, participar diretamente de sua produção. Além disso, importa saber como foi possível, em diferentes situações, que este domínio da produção social possa ter se mantido intacto por diversas crises e, em outras, desabou, levando consigo toda uma maneira de ser, uma “cultura” determinada e um modo de produção determinado.

Em outras palavras, a desigualdade nas relações de produção, um dado significativo de todo modo de produção, é gerada por um processo de lutas entre os diferentes agentes históricos<sup>44</sup>. Muito mais do que uma teoria das classes, o marxismo é *uma teoria da luta de classes*; uma teoria do desenvolvimento dialético e contraditório das desigualdades nas relações de produção, da ascensão e queda dos diferentes modos de produção de acordo com as contradições entre essas desigualdades e o grau de desenvolvimento das forças produtivas. Contradição esta que, aliás, é essencial para entender a dialética do processo histórico. A ruptura revolucionária é um momento onde esta contradição alcança o seu limite. Este limite não se dá apenas por uma crise na estrutura econômica, mas por uma crise no modo de produção como um todo, o que implica que a práxis humana transformadora está direcionada para a transformação de suas próprias condições de existência. Ao mesmo tempo, estas condições vão ter influência na qualidade desta ruptura. É preciso que a classe dominada esteja organizada em torno de um projeto político de conquista do poder, que esteja efetivamente lutando para derrotar a classe dominante. Mas em determinados momentos haverá recuos, em outros, rápidos avanços.

Importa dizer também que toda esta consideração genérica, ao contrário do que afirmam os pós-modernos, nunca pode ser aplicada de maneira imediatista a uma dada realidade. Cada modo de produção apresenta de uma maneira específica suas contradições. Cada formação econômico-social desenvolve as contradições inerentes ao modo de produção de maneira particular. No modo de produção capitalista, por exemplo, há uma tendência à universalização das suas condições de existência e simplificação dos antagonismos de classe; contraditoriamente, “a burguesia só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais. (...) Essa subversão contínua da produção, esse abalo constante do sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes”<sup>45</sup>. Por este motivo, sempre há no capitalismo uma novidade na estrutura das classes, novos ramos econômicos e novos empregos do capital e do trabalho, novas frações de classe se agrupando e se dividindo, novas formas de representação política da classe, novos instrumentos da luta de classes. Em síntese, a *práxis* política das classes em luta sofre este “constante abalo” que resulta do fato de que o capitalismo, por

---

<sup>44</sup> “Os indivíduos isolados só formam uma classe na medida em que devem travar uma luta comum contra uma outra classe; quanto aos mais, eles se comportam como inimigos na concorrência. Por outro lado, a classe torna-se, por sua vez, independente em relação aos indivíduos, de maneira que estes têm suas condições de vida estabelecidas antecipadamente, já delineada, sua posição na vida e ao mesmo tempo seu desenvolvimento pessoal; são subordinados à sua classe”. ENGELS, Frederich e MARX, Karl. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 61.

<sup>45</sup> ENGELS, Frederich e MARX, KARL. *O Manifesto do Partido Comunista in Marx e Engels - Textos*, 3º vol. São Paulo: Edições Sociais, 1982. p. 24.



oposição aos demais modos de produção, é um sistema que sobrevive pela auto-expansão e adaptabilidade. Estas capacidades, no entanto, fazem do capitalismo um modo de produção marcado pelas crises, abrindo constantemente novas oportunidades de se propor a ruptura revolucionária na perspectiva da classe trabalhadora.

Por fim, vale lembrar que cada um desses detalhes varia de acordo com o período histórico e a formação econômico-social em questão. Com efeito, mesmo em formações econômico-sociais capitalistas é possível observar reminiscências de outros modos de produção, como em latifúndios onde a mão-de-obra empregada é escrava. Também o socialismo deve ser encarado desta maneira, uma vez que a extinção de relações de produção capitalistas depende não só de uma série de fatores econômicos, como também de fatores que só se podem verificar no desenvolvimento histórico da práxis transformadora. Veremos a seguir o grau de importância deste elemento ao discutirmos o problema da hegemonia.

#### **D) Hegemonia<sup>46</sup> e Teoria Ampliada do Estado**

A discussão entre a articulação entre o político e do econômico na teoria marxista é aprofundada não por Marx, mas por diferentes contribuições de Lênin e Gramsci. Certamente que Marx tinha preocupação teórica e prática de abordar esta articulação: era necessário destacar os vínculos de dependência da esfera da práxis política com o modo de produção, com a totalidade social na qual a estrutura econômica define, em última análise, os limites (mínimo e máximo) da organização política<sup>47</sup>. Os intelectuais burgueses se recusavam em reconhecer esta vinculação, afirmando a total independência da práxis política, através de uma rígida separação conceitual entre sociedade civil e Estado<sup>48</sup>. Neste sentido, tornava-se imperioso demonstrar a relação cada vez mais estreita entre a dominação de classe e dominação política, uma vez que o Estado moderno pretende se colocar “acima das classes” para “pacificar” os diferentes conflitos sociais. Em outro sentido, na polêmica com outras correntes do movimento operário, como o anarquismo, era preciso sublinhar os problemas concretos da realização da revolução, o papel do Estado na transição para o comunismo, da organização política da classe trabalhadora (o partido comunista), das alianças de classe.

O problema frequentemente apontado pelos críticos é o do não desenvolvimento sistemático por Marx de uma teoria política, que completasse sua teoria econômica sobre o modo de produção capitalista exposta em *O Capital*. Esta crítica é, em parte, procedente, já que não há realmente uma exposição sistemática de uma teoria política marxista. Entretanto isto não deve significar que Marx não se preocupou com questões políticas e nem desenvolveu análises de problemas políticos de sua época, mesmo em textos predominantemente econômicos. Além disso, Marx sabia da falácia constituída por expor de maneira separada os problemas do modo de produção, da luta de classes do Estado e da política em geral. Desta maneira, suas análises políticas mais profundas constam de textos

---

<sup>46</sup> Hegemonia deriva do grego *eghestai*, e significa ser líder, guiar, conduzir. Na organização militar grega, hegemônico era o chefe militar.

<sup>47</sup> O simples fato de haver divisão do trabalho social implica a existência de uma entidade coletiva capaz de organizar as contradições oriundas da desigual repartição do produto social e da assimetria entre o interesse individual e o coletivo. Esta entidade só pode ser chamada de Estado, no entanto, quando se pretende acima de todos os antagonismos, como uma comunidade fictícia. Ver ENGELS, Frederich e MARX, Karl. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. págs 28 e 29.

<sup>48</sup> Veja-se o conceito bem mais dialético de sociedade civil empregado por Marx e Engels: “a sociedade civil compreende o conjunto das relações materiais dos indivíduos dentro de um estágio determinado de desenvolvimento das forças produtivas. Compreende o conjunto da vida comercial e industrial que *ultrapassa*, por isso mesmo, o Estado e a nação, embora deva, por outro lado, afirmar-se no exterior como nacionalidade e organizar-se no interior como Estado”. ENGELS, Frederich e MARX, Karl. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 33.

produzidos em conjunturas específicas, tratando de questões surgidas no seio do movimento político concreto de sua época: *Manifesto do Partido Comunista, Luta de Classes em França entre 1848 e 1850, Dezoito Brumário de Luís Bonaparte e Guerra Civil em França* são os exemplos mais evidentes disso.

Assim também fazem Lênin e Gramsci, cada um a sua época, enfrentando polêmicas oriundas diretamente da práxis revolucionária. Grosso modo, podemos afirmar que em ambos os autores há uma preocupação constante em combater o desvio teórico e prático do economicismo e do materialismo mecânico. Trata-se daquelas correntes de pensamento que transpõem, de maneira a-crítica, elementos das análises de Marx às próprias formações econômico-sociais, sem considerar o grau específico de avanço das forças produtivas, o estágio determinado da luta de classes e a conjuntura política na qual se encontram, atribuindo um papel secundário no programa revolucionário às questões político-ideológicas. E uma distorção ainda mais grave: considerar que a revolução socialista é um resultado imediato de um conjunto de condições econômicas específicas, nas quais a estrutura econômica entra em crise. Por este motivo, “pensa que sua vitória se deva ao curso objetivo das coisas, não à sua função e à sua iniciativa, à sua capacidade de hegemonia. Por isso, ela se coloca passivamente em face do devir necessário da sociedade”<sup>49</sup>.

Os pressupostos do conceito de hegemonia se encontram tanto em Marx como em Lênin. Marx menciona na *Ideologia Alemã* a necessidade que uma classe tem de, ao tomar o poder político, “apresentar por sua vez seu interesse próprio como sendo o interesse geral”, gerando uma universalidade artificial e ideológica entre todos os estratos da sociedade. Lênin, tendo em vista a formação econômico-social russa, torna esta idéia ainda mais concreta: a hegemonia aparece para ele como capacidade de direção político-ideológica, como capacidade de conquistar alianças e fornecer ao Estado proletário uma base social<sup>50</sup>. Isto se dá no curso da luta de classes; a conquista desta direção político-ideológica só faz sentido pela iniciativa da organização da classe trabalhadora e pela propaganda revolucionária, na qual se incorporam as reivindicações de outros setores progressistas da sociedade. No caso da Rússia, Lênin analisa porque o proletário se torna hegemônico no processo de revolução burguesa e de derrubada da autocracia. Ele apresenta como sendo também suas as reivindicações da instauração da democracia, que a burguesia deseja implementar de maneira gradual. O proletariado, por outro lado, sabe que há, para sua própria posição na luta de classes, tantas vantagens quanto mais radical for a revolução democrática. Neste caso, não cabe abandonar a direção revolucionária à burguesia. É de se aproveitar o momento e assumir sua direção para levar a cabo a revolução proletária. Tudo isto depende, portanto, da *práxis* política, sustentada pela unidade entre teoria e prática revolucionárias. O partido revolucionário é para Lênin, justamente o momento e o lugar de tal unidade.

Gramsci parte desta necessidade de combater o materialismo mecânico e de sua própria experiência de militância<sup>51</sup> para aprofundar o conceito de hegemonia, através de sua reflexão sobre o desenvolvimento do processo que leva à hegemonia do proletariado. Gruppi acentua os dois sentidos que se pode falar de hegemonia em Gramsci: o da capacidade unificadora das contradições de classe pela ideologia e o de uma reforma cultural. Este último expressa sua contribuição singular para o marxismo, uma vez que explicita a necessidade de

---

<sup>49</sup> GRUPPI, Luciano. *O Conceito de Hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1978. p. 76.

<sup>50</sup> Para Lênin, a ditadura do proletariado é a expressão da hegemonia: “a ditadura do proletariado é a forma política na qual se expressa o processo de conquista e realização da hegemonia”. Idem p.5.

<sup>51</sup> Refiro-me ao problema teórico e prático que Gramsci se coloca após a Revolução Russa, a respeito da identificação, na sociedade italiana, de algo que se assemelhe aos *soviets* russos. Sobre isto ver COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci – um Estudo sobre seu Pensamento Político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 27 e ss.

se realizar em conjunção com a transformação social, uma transformação nos valores e representações pertencentes à formação econômico-social que se pretende superar.

Uma vez identificada essa necessidade, onde exatamente podemos dizer que se constroem estes valores e representações? Sabe-se eles são essenciais ao domínio de classe que se apóia fundamentalmente no monopólio da violência repressiva estatal; mas não é o Estado seu *locus* de produção, e sim o lugar onde estes valores e representações adquirem o caráter de *realização* da hegemonia. A partir disso, temos a caracterização do Estado “em sentido estrito” (monopólio da força) como apenas um aspecto do domínio político hegemônico. Gramsci identifica a relevância para a hegemonia da existência uma série de “aparelhos privados de hegemonia” - como as universidades, a Igreja, os meios de comunicação de massa - localizados no terreno da sociedade civil e relativamente autônomos em relação ao Estado, responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias. Em síntese, a noção de Estado como entidade organizativa da classe dominante e como realização de sua hegemonia deve ser ampliada de modo a abranger estes aparelhos. Sem isso, a disputa política e ideológica da classe trabalhadora no sentido de desenvolver sua própria hegemonia fica prejudicada, deixando de lado uma série de posições estratégicas a serem consolidadas no decorrer da luta de classes.

Esta concepção ampliada do Estado é essencial, portanto, na estratégia revolucionária e na compreensão da articulação entre o econômico e o político. De fato, a sociedade burguesa com sua tendência inerente à auto-expansão acaba mesmo por se adaptar e integrar os mecanismos “autônomos” produtores de ideologia, tradicionalmente situados na sociedade civil, e seu controle do Estado “em sentido estrito”. Assim, desenvolve uma poderosa combinação de cooptação e repressão. Contudo, devemos ter cautela ao entender a parcela que cabe ao momento prático da hegemonia. Hegemonia é, de fato, direção político-ideológica; mas esta direção não se obtém apenas em função da fé ou da tradição, e sim de uma prática sistemática de propaganda ideológica que é característica da luta de classes. Por outro lado, os aparelhos privados de hegemonia estão sempre dando conteúdo à política de Estado, sempre informando a maneira pela qual sua máquina técnico-burocrática deve funcionar e trabalhando uma determinada visão do papel do Estado (por exemplo, como prestador de serviços, como garantidor da ordem pública etc.). É importante notar que o Estado não atua apenas no âmbito repressivo-policial e esta nunca foi sua única forma de atuar sobre a sociedade civil. A caracterização de momentos da hegemonia, do Estado “em sentido estrito” (ou sociedade política) não pode ser mais do que um recurso conceitual para indicar duas maneiras de se exercer o domínio de classe, que são inseparáveis: o ideológico e o político. Quando se tem em mente a teoria ampliada do Estado, devemos significar que esta entidade política não atua só no reino da coação, e que uma concepção desta só pode levar à redução do domínio de classe ao domínio físico, dando razão às visões equivocadas sobre a teoria marxista.

### **III – A Condição Pós-moderna e o Controle Social: Emergência e Consolidação do Estado Penal**

“O caos é tolerado, justamente porque parece pouco ameaçador para o controle geral”.

David Harvey

A tarefa primordial da teoria em seu presente histórico, usualmente associado aos sentimentos insegurança e incerteza, é questionar o sentido e o alcance real destes

sentimentos, tendo como referência uma visão abrangente do processo histórico. Desde a década de 70 do séc. XX, teóricos dos mais diversos campos político-ideológicos têm se dedicado a esta tarefa, com todas as reservas que o pós-modernismo faz acerca das metanarrativas modernas, e de sua concepção fragmentária da história<sup>52</sup>. A expressão “condição pós-moderna”, tornada notória a partir do trabalho de Jean François Llyotard, será repetida em uma série de trabalhos posteriores, nos quais o único ponto de concordância parece ser que, seja como for, nossa experiência presente difere fundamentalmente da experiência passada, a “condição moderna”.

Na primeira parte deste capítulo, dedicaremos nossa atenção à caracterização das transformações políticas, econômicas e ideológicas que estão na base da passagem da modernidade para pós-modernidade<sup>53</sup>, na passagem do mundo fordista-keynesiano para o mundo da acumulação flexível. Trata-se do esforço de contextualização como mencionado anteriormente, sem o qual podemos interpretar de apenas maneira particularizada os fenômenos da violência e do controle social. Ressalte-se que isto não pode significar a desconsideração dos contextos locais como poderiam bradar os pós-modernistas, mas apenas o enriquecimento da compreensão destas realidades.

Em síntese, concordamos com David Harvey no sentido de que “há mais continuidade do que diferença entre a ampla história do modernismo e o movimento denominado pós-modernismo”<sup>54</sup>. Esta continuidade só pode ser apreendida levando-se em conta o caráter dual da modernidade e a sua inerente tendência à crise, uma vez que o pós-modernismo se afigura como um “tipo particular de crise”<sup>55</sup> do modernismo. Por outro lado, trata-se de uma continuidade condicionada pelos processos materiais, ou seja, pelas características da experiência do espaço e do tempo – e sua representação - oriundas de uma organização da produção da vida social historicamente determinada. Em outras palavras, devemos integrar o estudo do modo de produção à análise das transformações culturais vivenciadas na contemporaneidade, com o intuito de situar as mudanças na história do desenvolvimento capitalista, como uma transição entre diferentes modelos de acumulação do capital.

Este processo de transformação – que não chega a caracterizar uma ruptura – está intimamente vinculado a uma tendência que interessa especialmente para nós: a expansão da função penal do controle social, articulada pela ideologia até que sua lógica seja reproduzida por todas as esferas da vida social<sup>56</sup>. Através do resgate de concepções criminológicas funcionalistas e positivistas, a muito combatidas pelas correntes críticas, naturaliza-se esta

---

<sup>52</sup> “Uma corrente do pós-modernismo vê a história como uma questão de mutabilidade constante, exuberantemente múltipla e aberta, uma série de conjunturas ou descontinuidades que só uma violência teórica poderia forçar à unidade de uma narrativa única”. EAGLETON, Terry. *As ilusões do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998. p. 52.

<sup>53</sup> Identificamos, a fim de sintetizar a exposição, modernidade e modernismo, bem como pós-modernidade e pós-modernismo. Os primeiros são uma referência à experiência histórica, ao passo que os segundos referem-se à cultura e à ideologia. Os dois sentidos são utilizados nesse trabalho.

<sup>54</sup> HARVEY, David. *A Condição Pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992. p. 111.

<sup>55</sup> *Ibidem*, p. 111. Ver também HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 92. Nesta passagem os autores levam o alcance das crises na modernidade ao extremo, entendendo que “a própria modernidade é definida por crise, uma crise nascida do conflito ininterrupto entre as forças imanentes, construtivas e criadoras e o poder transcendente que visa a restaurar a ordem”.

<sup>56</sup> Como menciona Dornelles, “existem diversos mecanismos de controle social, mecanismos privados e mecanismos públicos. Tais mecanismos são utilizados para *cooptar, adestrar, vigiar, punir, aniquilar*. Mas também utilizam *o tratamento, a integração, a ressocialização, a reforma, a repressão, a educação*. Enfim, o objetivo é a Defesa Social e a garantia da ordem, possibilitando a reprodução de um modelo de organização social”. In DORNELLES, João Ricardo W. *Conflito e Segurança – entre Pombos e Falcões*. Rio de Janeiro: Lúmen Iuris, 2003. p. 21.

estratégia, selecionado os “inimigos da ordem” a serem combatidos em nome da defesa social e da “lei e ordem”. Esta seletividade tem um perfil de classe evidente<sup>57</sup>.

Por esta razão, se hoje dizemos que o modelo de acumulação flexível ou neoliberal é hegemônico, isto não se deve apenas à redefinição das diretrizes políticas e ideológicas que orientam a expansão do capital e acompanham a solução dos impasses econômicos do desenvolvimento capitalista no último quarto do século XX. É preciso entender como o poder de classe – que exerce a direção político-ideológica ao absorver as reivindicações dos demais setores da sociedade como suas, naturalizando as relações sociais, “difundindo e reproduzindo a noção de consenso social”<sup>58</sup> – se impõe materialmente, ou seja, como se reorganiza a coação física contra a classe subalterna, em resposta ao acirramento das deficiências sistêmicas do capitalismo na sua nova etapa.

Neste sentido, observamos que a ascensão do que Loïc Wacquant chama de Estado-penal é uma tendência global nas sociedades capitalistas contemporâneas. Em linhas gerais, trata-se de um fenômeno caracterizado pelo desmonte de políticas sociais<sup>59</sup> implementadas no período de expansão fordista-keynesiano e pelo inchaço das políticas penais, com as quais se pretende não mais *corrigir* deficiências sistêmicas mas, sobretudo, “neutralizar as reivindicações geradas pelo próprio modelo”<sup>60</sup>, ao mesmo tempo em que as políticas públicas passam a ser exclusividade dos setores privilegiados. Como observa Wacquant, nos Estados Unidos isto acontece “a tal ponto que a ‘guerra contra a pobreza’ foi substituída por uma guerra contra os pobres, bode expiatório de todos os males do país (Gans, 1995), doravante intimados a assumir a responsabilidade por si próprios, sob pena de se verem atacados por uma série de medidas punitivas e vexatórias destinadas, se não a recolocá-los no caminho certo do emprego precário, pelo menos minorar suas exigências e, portanto, seu peso fiscal”<sup>61</sup>.

As insurreições de imigrantes e de jovens trabalhadores na França são apenas exemplos de evidências do caráter globalizado assumido pelo desmonte da rede de bem-estar social e pela consolidação do Estado-penal. Também comprovam que as resistências à política neoliberal têm uma força considerável, muito embora a ausência de uma política de classe impeça-as de ameaçar o sistema como um todo. Nosso objetivo, portanto, é o de identificar as linhas mais gerais desta nova gestão da miséria, que se aplica de maneira diferenciada aos diferentes contextos locais. Entretanto, assim como “a expansão do fordismo ocorreu numa conjuntura particular de regulamentação político-econômica mundial e uma configuração geopolítica em que os Estados Unidos dominavam por meio de um sistema bem distinto de alianças militares e relações do poder”<sup>62</sup>, é fundamental voltar nossa atenção para a sociedade norte-americana onde, mais uma vez, experimenta-se a criação pioneira de um novo modelo de resposta às contradições do capitalismo. Em especial numa conjuntura internacional onde

---

<sup>57</sup> “Enquanto a criminologia conservadora positivistas entendia que o desvio provoca o controle social, tanto o interacionismo como a criminologia crítica partem da premissa oposta, de que o controle social provoca a conduta desviante, seja através dos processos de criminalização, seja através da determinação prévia de classes subalternas como clientela do sistema penal, apontando o caráter político, ideológico e seletivo dos mecanismos de controle social”. *Ibidem*, p. 31.

<sup>58</sup> *Ibidem*, p. 22.

<sup>59</sup> “Pode-se dizer que toda a política social é, em sentido geral, uma política de controle social”. *Idem*, p. 33. Esta observação é extremamente relevante, uma vez que no período de expansão capitalista fordista-keynesiano, a criação de uma rede de amparo social foi um método eficiente de se garantir a coesão do sistema como um todo, amenizando as insatisfações inerentes ao capitalismo e cooptando grande parte da classe trabalhadora. No atual contexto de acumulação flexível, em que a própria estrutura do trabalho desfavorece a organização política, o risco de contestação diminui. A política penal aparece como uma maneira conveniente de administrar a miséria, como sugere Wacquant, favorecida pelo enfraquecimento político da classe trabalhadora.

<sup>60</sup> *Ibidem* p. 38.

<sup>61</sup> WACQUANT, Loïc. *Punir os Pobres: - A Nova Gestão da Miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Revan, 2003. p. 24.

<sup>62</sup> HARVEY, David. *A Condição Pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992. p. 132.

os Estados Unidos exercem a liderança mundial com mãos-de-ferro, e se vangloriam por levar seu modelo político-institucional a todos os cantos do globo, através da ofensiva militar. É por este motivo que as análises de Wacquant sobre a sociedade norte-americana ganham um amplo alcance, fornecendo-nos instrumentos para uma comparação com outras realidades específicas.

### A) Modernidade e Crise

David Harvey nos dá uma importante contribuição para estabelecer os vínculos materiais entre processos culturais e sociais. Ressaltando a importâncias de práticas espaciais e temporais e de sua representação ideológica na dinâmica cotidiana da vida social, Harvey chama a atenção para o quanto a modernidade pode ser descrita como “uma certa maneira de experimentar o espaço e o tempo”<sup>63</sup>. Resgatando o interesse das análises de autores como Lefebvre, Bourdieu e Foucault, o autor segue na compreensão materialista desta experiência, associando diretamente a hegemonia política e ideológica e o controle do contexto material onde são definidas as práticas e as representações espaciais e temporais<sup>64</sup>. Para entender porque a modernidade é frequentemente caracterizada pelo sentido de crise, priorizando o caráter concreto deste sentido, será preciso que nos utilizemos destas observações acerca do espaço e do tempo.

Como dissemos anteriormente, as capacidades de auto-expansão e adaptabilidade são tendências inerentes ao modo de produção capitalista está diretamente ligado à experiência histórica da modernidade. Entre outras coisas, isto significa dizer que o processo histórico de ascensão e consolidação do capitalismo e da modernidade depende da destruição e/ou alteração das práticas espaciais e temporais da sociedade feudal, criando uma nova maneira de organizar o espaço e ditando um novo ritmo para a vida social. Estas novas práticas espaço-temporais são impostas às mais heterogêneas realidades locais, produzindo mudanças semelhantes nas qualidades objetivas de tempo e espaço nas mais diversas formações econômico-sociais. Isto só pode ser obtido se uma vez que a tendência expansivo-adaptativa consegue quebrar as resistências que encontra, na luta social. As diferenças de mobilidade entre capital e trabalho serão, aliás, decisivas no curso da luta de classes. Este é, com efeito, o sinal de quão enraizado pode estar o sentido da crise que perpassa toda a condição moderna, uma crise oriunda desta dialética entre a destruição criativa e a persistência de uma lógica unificadora e homogeneizadora.

A crescente e descontrolada urbanização, apoiada na divisão do trabalho entre campo e cidade é o primeiro dado concreto de que estas novas práticas espaciais, não condizentes com a vida feudal, vão aos poucos distanciando o modo de vida do homem das condições materiais do feudalismo. Ao mesmo tempo, a urbanização tem como base a apropriação privada do espaço pelo capital nascente<sup>65</sup>, que passa a se opor à riqueza constituída pela propriedade fundiária adquirida com o título de nobreza. Por esta razão, a expulsão de um amplo contingente populacional dos campos jamais pode ser um processo pacífico e espontâneo. Na Inglaterra, por exemplo, foi implementada pela intervenção coercitiva direta dos *enclosures*, rompendo abruptamente os vínculos comunitários tradicionais e subordinando os indivíduos à

---

<sup>63</sup> Ibidem, p. 187.

<sup>64</sup> “Contudo, a hegemonia ideológica e política em toda a sociedade depende da capacidade de controlar o contexto material da experiência pessoal e social. Por essa razão, as materializações e significados atribuídos ao dinheiro, ao tempo e ao espaço têm uma grande importância no tocante à manutenção do poder político”. Ibidem, p. 207.

<sup>65</sup> “A oposição entre cidade e campo só pode existir no âmbito da propriedade privada. Ela é a expressão mais flagrante da subordinação do indivíduo à divisão do trabalho, a uma determinada atividade que lhe é imposta. Esta subordinação faz de um indivíduo um animal das cidades e do outro um animal dos campos”. ENGELS, Frederich e MARX, Karl. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 55 e 56.

uma posição subalterna na nova divisão do trabalho. O novo tempo da vida social será, portanto, aquele ditado por essa necessidade de auto-expansão, que se traduz na necessidade de auto-aceleração constante do ritmo produtivo, reduzindo cada vez mais a amplitude do sentido cíclico-religioso advindo do tempo feudal: “o efeito geral é, portanto, colocar no centro da modernidade capitalista a aceleração do ritmo dos processos econômicos e, em consequência, da vida social. Mas essa tendência é descontínua, pontuada por crises periódicas (...). A implantação de novos sistemas tem de esperar a passagem do tempo de vida ‘natural’ da fábrica e do trabalhador, ou empregar o processo de ‘destruição criativa’ que se baseia na desvalorização ou destruição forçadas de ativos antigos para abrir caminho aos novos”.

Harvey acentua também o papel central do dinheiro neste processo: a crescente monetização da atividade econômica se encaixa perfeitamente com o afastamento da vida agrária, estabelecendo um novo parâmetro universal de valor, capaz de circular com facilidade pelos espaços. Sua universalidade se apóia na medida de tempo de trabalho: de fato, há um esforço crescente de disciplina do trabalho para adequar os trabalhadores à jornada de trabalho, uma quantidade de tempo de trabalho/dia obrigatória. O dinheiro, portanto, impõe-se como uma medida artificial e homogênea para o tempo de trabalho social, apoiado nesta nova disciplina do trabalho em função do tempo. Sua fluidez com relação ao espaço, por outro lado, leva a um processo contraditório de constante destruição de vínculos locais e permanente localização, trabalhando novas formas de ocupação do espaço de maneira a garantir sua mobilidade. Assim, constrói-se toda uma infra-estrutura de transportes e meios de comunicação, enfraquecendo o poder da localidade, ao mesmo tempo em que impõe a formação, por exemplo, de espaços locais como as periferias urbanas onde concentra-se a força de trabalho e onde é possível sua melhor disciplina espacial.

Esta destruição-criação do espaço-tempo feudal é expressa por novas formas de representação do tempo e do espaço. A redefinição de mapas através de sua racionalização, para simbolizar a possibilidade de apropriação e conquista do espaço, é correlata da expansão do uso de meios de medição unificada do tempo, de alguma maneira já presentes na vida feudal<sup>66</sup>.

Tanto Harvey como autores que escreveram sobre o tema mais recentemente, como Zygmunt Bauman, diagnosticam a o resultado mais amplo da auto-expansão/auto-aceleração do modo de produção capitalista: uma crescente *compressão do espaço-tempo*, da qual resultam as inúmeras crises históricas do capitalismo e a própria noção de modernidade como crise. A constituição da modernidade como experiência histórica é apreendida pela dialética entre a liberdade de movimento que adquire o capital em expansão e seu potencial destrutivo em relação à imobilidade das práticas temporais e espaciais do mundo pré-capitalista, imobilidade que passa a ser um meio de controle sobre a força de trabalho e, em última análise, uma importante vantagem na luta de classes. Bauman chega a questionar “em que medida os fatores geográficos foram derivativos conceituais, sedimentos/artifícios materiais das restrições de tempo e custo impostas à liberdade do movimento (do capital)?”<sup>67</sup>. O autor também acentua a relação entre a capacidade de remodelar o espaço e a modernização, chamando atenção para o resultado contraditório da mobilidade e do encurtamento das distâncias: a produção de ordens locais que acabam por confinar aqueles que não gozam desta mobilidade – e os submete, por outro lado, a uma disciplina em escala global – e a

---

<sup>66</sup> “Ironicamente, as explorações do calendário e da medida do tempo, que tinham sido propostas pelas ordens monásticas para impor a disciplina religiosa, foram apropriadas pela burguesia nascente como um recurso para organizar e disciplinar as populações das cidades medievais em termos de uma disciplina de trabalho bem secular recém descoberta”. HARVEY, David. *A Condição Pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992. p. 209.

<sup>67</sup> BAUMAN, Zygmunt. *Globalização – as Conseqüências Humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

aproximação de categorias como “perto” e “longe” com a representação da distância social. O longe se torna uma realidade apenas para aqueles que têm pouca capacidade de movimento; a falta de acesso aos meios de se viajar pelo espaço e, por conseguinte, uma subordinação ao vínculo local. Neste contexto, o Estado tem a tarefa de unificar o território e monopolizar os direitos cartográficos, o que se traduz no controle das definições alternativas de se conceber o espaço. Definições estas que estão sendo sempre constituídas como uma resistência aos processos artificializantes da modernização.

O sentido mais profundo atribuído por Bauman à compressão espaço-temporal, apesar de privilegiar a noção de espaço como distância, é o de modernidade como história do tempo<sup>68</sup>. Como o tempo se torna manipulável – através das mais diversas tecnologias de comunicação e transporte e da disciplina do trabalho – adquire o caráter de ferramenta para vencer a resistência do espaço e conquistá-lo. O início da modernidade marca a emancipação do tempo em relação ao espaço.

Em ambas as leituras, portanto, a compressão espaço-temporal inerente à modernização é aprofundada de acordo com a sua capacidade de vencer obstáculos espaciais. Mas nisto há um sentido contraditório, como Harvey não deixa de observar: a conquista do espaço só pode se dar pela produção do espaço<sup>69</sup>. Ambos os autores percebem como a arquitetura modernista e seu esforço de racionalização do espaço é importante para se assegurar a não implosão do sentido espacial, o controle do potencial “subversivo” das localidades. As utopias urbanísticas dos modernistas vão conceber “a construção da cidade ‘a partir do nada’ num sítio vazio ou esvaziado, de acordo com um plano construído antes da construção” além da “regularidade, uniformidade, homogeneidade e reprodutibilidade dos elementos espaciais em torno de edifícios administrativos colocados no centro da cidade ou, melhor ainda, no alto de uma montanha, de onde todo o espaço pudesse ser visualmente abarcado”<sup>70</sup>. O reflexo destas contradições oriundas do reajuste radical do sentido do tempo e do espaço é percebido em momentos de crise.

Vale dizer, existem crises e crises. No modo de produção capitalista existe uma tendência cíclica a crises de superacumulação. Lembremos rapidamente que, como diz Marx, a lucratividade em uma economia capitalista advém da possibilidade de se reproduzir o capital investido no mínimo de tempo possível, podendo-se ampliar os investimentos quando se repete a operação, a fim de se obter um maior retorno em menos tempo, e assim sucessivamente. Em um determinado momento, os capitalistas percebem que a aplicação imediata do capital acumulado não lhe é vantajosa e tendem a não reinvesti-lo, desacelerando o ciclo de reprodução do capital. Quando a massa de capitais acumulada é muito superior às vantagens de investimento e, por conseguinte, o capital circulante diminui drasticamente, há uma tendência generalizada à dispensa de mão-de-obra, gerando uma grave retração nos níveis de consumo e colocando na ociosidade boa parte da capacidade produtiva, além de uma reação em cadeia que afetará toda economia. Esta pode ser considerada, sem dúvida uma *crise do capital*, mas não uma crise do capitalismo.

A *crise do capitalismo*, no sentido que lhe atribui o marxismo, é decorrente não de uma simples crise econômica, mas de um avanço generalizado da classe trabalhadora na luta de classes. Geralmente, os momentos de crise do capital são vantajosos para tanto, ainda mais quando esta crise atinge capitalistas de diversos países. Como lembra Harvey, a primeira crise de superacumulação do capital, a depressão de 1846/47 foi uma crise unificada em todos os

---

<sup>68</sup> Ver BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

<sup>69</sup> Acrescenta o autor: “no contexto da acumulação de capital, essa fixidez da organização espacial é levada a uma contradição absoluta. O efeito é o ataque dos poderes de ‘destruição criativa’ do capitalismo à paisagem geográfica, provocando violentos movimentos de oposição vindos de todos os quadrantes”. HARVEY, David. *A Condição Pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992. p. 234.

<sup>70</sup> BAUMAN, Zygmunt. *Globalização – as Conseqüências Humanas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1999.



países da Europa. Neste momento, o nível de organização da classe trabalhadora e sua força tornaram possível a transformação de uma crise do capital no questionamento do sistema como um todo, ao ponto de Marx dizer com um tom apoteótico, às vésperas das revoluções de 1848: “há um espectro que ronda a Europa – o espectro do comunismo. Todas as potências da velha Europa unem-se numa Santa Aliança para conjurá-lo: o papa e o czar, Metternich e Guizot, os radicais franceses e os policiais da Alemanha. (...) Duas conclusões decorrem desses fatos: 1ª O comunismo já é reconhecido como força por todas as potências da Europa; 2ª *É tempo de os comunistas exporem, à face do mundo, seu modo de ver, seus fins e suas tendências*, opondo um manifesto do próprio partido à lenda do espectro do comunismo”<sup>71</sup>(grifo meu).

Neste sentido, quando a classe trabalhadora consegue efetivamente expor o seu modo de ver, o resultado é uma crise do capitalismo. Em 1846/47, sentiam-se os efeitos de um reajuste radical do espaço e do tempo provocado pela acelerada expansão capitalista. O impacto das críticas feitas pelos movimentos de 1848 leva ao questionamento do sentido de tempo unificado e racionalizado, sustentado pelas concepções Iluministas, à medida que entrava em choque com o aspecto cíclico da economia capitalista. As propostas universalistas do Manifesto, por outro lado, conclamam a unidade do movimento operário em todo o mundo, colocando em crise também o domínio do espaço pela burguesia. Apesar dos fracassos nas revoluções de 1848, estes movimentos são o marco referencial da modernidade como crise. Para Harvey, também são o início da ascensão do modernismo como força cultural, um movimento estético de resposta à crise de compressão do espaço-tempo. No plano econômico, contudo, a resposta à crise “dependeu muito de uma maior exploração do deslocamento temporal e espacial”<sup>72</sup> pela qual o capitalismo acaba entrando em um novo período de expansão e de aceleração da circulação do capital, desta vez apoiada na criação de grandes monopólios, na retomada da política colonial e a união do capital industrial e bancário. Este novo ciclo, o imperialismo<sup>73</sup>, será responsável por uma expansão inigualável do capitalismo e culminar no tensionamento político que leva à primeira guerra mundial.

## B) Do Fordismo à Acumulação Flexível

Antes de adentrarmos no mérito da crise da modernidade expressa pela ascensão do pós-modernismo, é preciso compreender as transformações econômicas e políticas no mundo capitalista, no último quarto do século XX. A caracterização da natureza e do impacto destas transformações no regime de acumulação será determinante para evidenciar o sentido de continuidade entre a experiência histórica moderna e a contemporânea. Inicialmente reportemo-nos ao contexto de formação e consolidação do regime de acumulação fordista-

---

<sup>71</sup> ENGELS, Frederich e MARX, KARL. *O Manifesto do Partido Comunista* in *Marx e Engels - Textos*, 3º vol. São Paulo: Edições Sociais, 1982. p. 21.

<sup>72</sup> HARVEY, David. *A Condição Pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992. p. 234.

<sup>73</sup> Lênin nos dá um testemunho de como a crise gerada por esse novo ciclo expansivo foi mais profunda e mais arrasadora para o próprio capitalismo: “é geralmente conhecido até que ponto o capitalismo monopolista agudiza todas as contradições do capitalismo. (...) Os monopólios, a oligarquia, a tendência para a dominação em vez da tendência para a liberdade, a exploração de um número cada vez maior de nações pequenas ou fracas por um punhado de nações riquíssimas ou muito fortes: tudo isto originou os traços distintivos do imperialismo, que obrigam a qualificá-lo de capitalismo parasitário, ou em estado de decomposição”. A afirmação sobre a decomposição do capitalismo de Lênin em 1916, certamente tem referência na destruição gerada pela primeira guerra mundial, além da própria situação revolucionária na Rússia. In LÊNIN, V. I. *Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*. in *Obras Escolhidas*. 2ª ed. Lisboa: Edições “Avante!”, 1981.

keynesiano. Trata-se de um processo que durou cerca de meio século e que dependeu de uma série de fatores conjunturais específicos<sup>74</sup>.

No início do século XX, as necessidades de aceleração do ritmo produtivo geradas pelo ambiente de competição imperialista impulsionam não só uma série de inovações tecnológicas como também um esforço de racionalização da produção. Em 1911, Taylor publica *Os Princípios da Administração Científica*, no qual sustenta que o aumento da produtividade do trabalho poderia ser obtida “através da decomposição de cada processo de trabalho em movimentos componentes e da organização de tarefas de trabalho fragmentadas segundo padrões rigorosos de tempo e estudo de movimento”<sup>75</sup>. Estas novas tendências tecnológicas e organizacionais vão ser plenamente incorporadas por Ford em sua linha de montagem de automóveis. A transformação nos métodos de trabalho e o aumento radical da produtividade significavam a produção em massa e, por conseguinte, o consumo de massa. Ford não apenas percebeu esta massificação da economia como também anteviu sua repercussão no modo de vida como um todo: uma sociedade de massas, onde trabalho rotinizado e consumo de massa deveriam andar juntos, era correlata do surgimento de um “novo tipo de homem”, de uma nova política de classes e, portanto, de uma “nova sociedade”, racionalizada e democrática.

Os esforços de guerra do século XX se beneficiaram desta reorganização na produção, muito embora a aceitação na íntegra desta “nova sociedade” seria bem mais difícil na Europa pelas resistências que a classe trabalhadora opunha a implantação do sistema fordista. Ele significava não só uma radical diminuição da influência das habilidades do trabalhador na produção e, portanto, uma menor possibilidade de ter algum controle sobre ela, como também um aumento da rotatividade da força de trabalho. Inversamente, significava um maior controle do trabalho, não só pela maior disciplina e rotinização, mas também pela expansão do controle do trabalho sobre o trabalho, com a expansão dos postos de “trabalhadores-chefes”, responsáveis por funções administrativas.

É principalmente durante a crise de superacumulação de 1929 que o fordismo começa a ser uma resposta necessária para solucionar problemas inerentes à expansão capitalista. Os impactos da crise na política de classes nos Estados Unidos e, sobretudo, na Europa é evidente: grandes massas de trabalhadores desempregados, de um lado enfraquecidos pela interrupção abrupta do esforço de reconstrução de seus países arrasados pela guerra, de outro suscetíveis à opção socialista e fortalecidos pela vitória revolucionária soviética. Tornava-se urgente a implantação de uma disciplina rigorosa do trabalho e da organização da classe trabalhadora, a fim de se evitar o risco comunista. E a adoção destes novos métodos é endossada tacitamente pela teoria econômica keynesiana, uma vez que, segundo Keynes, o controle das crises cíclicas do capitalismo deve partir do Estado, responsável por realizar ajustes no volume da demanda agregada. Em momentos que há uma retração no volume global de investimentos, este aumento só se pode efetuar pelo fomento do binômio pleno emprego-consumo de massa, em outras palavras, pela combinação de intervencionismo estatal e fordismo.

No período pós-guerra, quando o fordismo logra sua maior expansão, os diversos países centrais do capitalismo, sob a influência da política externa americana do Plano Marshall<sup>76</sup>, se esforçarão para adotar esta combinação. Isto dependia, no entanto, de um novo

---

<sup>74</sup> “A data inicial simbólica do fordismo deve por certo ser 1914, quando Henry Ford introduziu seu dia de oito horas e cinco dólares como recompensa para os trabalhadores da linha automática de montagem de carros que ele estabelecera no ano anterior em Dearbon, Michigan. Mas o modo de implantação geral do fordismo foi muito mais complicado que isso”. HARVEY, David. *A Condição Pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992. p. 121.

<sup>75</sup> *Ibidem*. p. 121.

<sup>76</sup> A influência norte-americana passa a ser determinante no pós-guerra. Os Estados Unidos não só lideram o bloco capitalista na guerra fria, mas também atrelam o desenvolvimento da economia capitalista mundial à sua

posicionamento dos trabalhadores no cenário político e da aceitação por parte da classe trabalhadora do compromisso fordista-keynesiano. Como observa Harvey, “a derrota dos movimentos operários radicais que ressurgiram no período pós-guerra imediato, por exemplo, preparou o terreno político para os tipos de controle do trabalho e compromisso que possibilitaram o fordismo”<sup>77</sup>. E esta derrota foi imposta pela violência e repressão, como os Estados Unidos vivenciaram no período macartista de “caça às bruxas”<sup>78</sup>. Por outro lado, o capital passa a atuar fortemente na cooptação de dirigentes sindicais, aumentando o poder de participação dos sindicatos na própria organização da produção e ampliando o controle do trabalho sobre o trabalho.

Ao Estado cabia a regulação macroeconômica, combinando políticas monetárias e fiscais através do investimento público em infra-estrutura e do estímulo ao consumo e ao emprego. Cria-se desta maneira, a rede de políticas de bem-estar social responsáveis por fornecer condições básicas para a manutenção dos níveis massivos de consumo. Reconhece-se também uma série de direitos sociais e trabalhistas, pelos quais diminui a rotatividade do trabalho, tornando relativamente estável o nível de emprego. As formas de intervencionismo são adaptadas às diferentes realidades locais<sup>79</sup>, mas seu resultado geral é a manutenção do crescimento da economia estável durante nos primeiros decênios pós-guerra. Em pouco tempo, a própria legitimidade do Estado passou a ser pautada pela capacidade de universalizar os benefícios sociais do fordismo-keynesianismo, traduzidos pelos serviços de educação, saúde e habitação públicos.

O capital podia com segurança desempenhar sua índole de acumulação e expansão, mesmo que os compromissos assumidos com trabalhadores e com o Estado representassem alguma diminuição nas taxas de crescimento de sua lucratividade. O poder corporativo, contanto que os dois outros “parceiros” desempenhassem suas funções de maneira adequada, podia controlar os rumos do consumo de massa, elevando um pouco o padrão de vida da população e mantendo assim uma base estável para a realização de lucros.

Toda esta estabilidade de crescimento bem difundida começa a se tornar um problema para o capitalismo na década de 60. O compromisso fordista-keynesiano se mostrava rígido demais para lidar com a tendência de crise de supeacumulação, pois os investimentos de longo prazo em sistemas de produção em massa “presumiam um crescimento estável em mercados de consumo invariantes”<sup>80</sup>. Após o esforço de reconstrução, a Europa Ocidental e o Japão entravam com força total na competição internacional fordista, seguidas dos países do Sudeste Asiático e da América Latina, onde também ocorreu uma onda de industrialização fordista. Esta nova competitividade da economia mundial propiciou uma queda de lucratividade e produtividade na economia norte-americana, afetando sua base fiscal e impulsionando uma política de aceleração inflacionária. A desvalorização do dólar levou a quebra do acordo de Bretton-Woods e à adoção de taxas de câmbio flutuantes, retirando dos Estados Unidos o papel de “banqueiro do mundo”.

---

política monetária e fiscal, através do acordo de Bretton Woods (1944), que transformou o dólar em moeda-reserva mundial.

<sup>77</sup> Ibidem, p. 125.

<sup>78</sup> Esta violência se perpetua, sob a lógica da Doutrina da Segurança Nacional, formulada no National War College de Washington. A guerra fria abre espaço para iniciativas subterrâneas de desmantelamento das organizações de esquerda, ao passo que nos países da América Latina os militares tomam o poder em nome da segurança nacional. Sobre isto ver COMBLIN, Joseph. *A Ideologia da Segurança Nacional – o Poder Militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

<sup>79</sup> “Mas o notável é a maneira pela qual governos nacionais de tendências ideológicas bem distintas – gaullista na França, trabalhista, na Grã-Bretanha, democrata-cristão, na Alemanha Ocidental etc. – criaram tanto um crescimento estável como um aumento dos padrões materiais de vida através de uma combinação de estado do bem-estar social, administração econômica keynesiana e controle das relações de salário”. Ibidem p. 130.

<sup>80</sup> Ibidem, p. 135.

Neste cenário, as economias de produção em massa geram uma capacidade produtiva excedente inutilizável. As estratégias de reorganização da produção esbarram, de início, no poder da classe trabalhadora adquirido nos anos de expansão fordista. O Estado, que sofre um enxugamento de sua base fiscal, defronta-se com a alta monta de gastos públicos em todos os setores. Os choques dos preços do petróleo em 1973 aprofundaram enormemente estas contradições: desestabilizaram os mercados financeiros de petrodólares e causaram um problema de consumo energético que leva as corporações a forçar a diminuição da capacidade produtiva e economizar energia.

Todos estes fatores, animados pela aceleração constante da inflação, iniciaram o movimento do capital para desfazer o frágil compromisso fordista, como estratégia de sobrevivência para a crise instaurada. O ataque será desferido contra a rigidez da política fordista, iniciando um regime de acumulação flexível. A flexibilidade em questão é aplicada, de início, a todas as esferas da estrutura econômica, especialmente ao processo de trabalho e aos padrões de consumo<sup>81</sup>. A desestruturação do poder organizado da classe trabalhadora é concomitante à formação de uma nova aristocracia operária, não organizada e inteiramente identificada com os objetivos da corporação. Multiplicam-se os programas de demissão voluntária, de reestruturação e cortes nos quadros de pessoal das empresas. Os resultados deste processo são enormes contingentes de desempregados sem possibilidade de realocação na economia formal, o que é conceituado como desemprego estrutural. Ao menos superficialmente, esta persistência do desemprego torna questionável a tese do exército de industrial de reserva ou, no dizer de Marx, de uma superpopulação relativa<sup>82</sup>. Diversificam-se os processos de subcontratação, através da terceirização e outras estratégias. A retroalimentação de inovações tecnológicas e organizacionais constantes serve tanto para expulsar grandes contingentes de trabalhadores da economia formal como também para se adaptar a mercados consumidores cada vez mais específicos, em substituição dos mercados de massa<sup>83</sup>. Aliás, a aceleração ímpar da criação de novas necessidades e a descartabilidade dos produtos é estratégia central da acumulação flexível, e vai depender do trabalho ideológico do marketing e da publicidade. O controle da informação e das mídias através dos grandes orçamentos de publicidade está incluído no pacote.

Harvey aponta como outra estratégia da acumulação flexível, aparentemente contraditória, o incrível crescimento da concentração do poder corporativo: “num dos extremos da escala de negócios, a acumulação flexível levou à maciças fusões e

---

<sup>81</sup> Harvey associa as respostas à crise do fordismo como uma reconfiguração da relação entre mais-valia absoluta e mais-valia relativa, através da combinação entre super-exploração e inovações tecnológicas e organizacionais. Nas palavras de Marx: “chamo de mais-valia absoluta a produzida pelo prolongamento do dia do trabalho, e de mais-valia relativa a decorrente da contração do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na relação quantitativa entre ambas as partes componentes da jornada de trabalho”. MARX, Karl. *O Capital*, Livro I. 19ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 366.

<sup>82</sup> Marx concebe o exército industrial de reserva como resultado inevitável da acumulação capitalista, onde ocorre uma sucessiva variação da relação entre capital constante e capital variável. Há uma relação de proporcionalidade inversa entre o crescimento do capital e o emprego da força-de-trabalho. “Mas a verdade é que a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção de sua energia e sua extensão, uma população supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo excedente”. Ora o desemprego estrutural não significa, de fato, que há predomínio da ociosidade em relação ao trabalho. A questão que se coloca é que a expansão do capital, no mundo da acumulação flexível, não necessariamente incorpora a força de trabalho através do emprego formal. Há uma vasta gama de ocupações informais e precárias que hoje são realmente predominantes e é para estas que se espera a disponibilidade da força de trabalho. Por outro lado, quanto maior for o número absoluto deste exército de reserva, mais útil para o capital, pois lhe permite manter baixos os níveis salariais formais. MARX, Karl. *O Capital*, Livro I. 19ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 732.

<sup>83</sup> Na esteira desse fenômeno também cresce enormemente o setor de serviços. Os serviços correspondem a um número cada vez maior de gostos e desejos particulares e constituem uma alternativa de expansão da economia de mercados específicos.

diversificações corporativas. As companhias americanas gastaram 22 bilhões de dólares comprando uma às outras em 1977, mas, por volta de 1981, a cifra chegara a 82 bilhões, alcançando em 1985 um extraordinário pico de 180 bilhões”<sup>84</sup>. No outro extremo, está o crescimento dos mercados informais de trabalho e da economia informal como um todo, atividades que vão desde o comércio ambulante nas ruas das grandes cidades aos lucrativos narcotráfico e contrabando de armas. Aqui, a força de trabalho é submetida às condições de trabalho arcaicas, sem o acesso aos direitos trabalhistas conquistados e em processo de flexibilização.

A descentralização da produção é justamente o outro termo da contradição em questão. De fato, o capitalismo sempre trabalhou com a tensão entre monopólio e competição, entre centralização e descentralização. A idéia de que há no regime de acumulação flexível uma forte tendência a desregulamentação, é parcialmente correta, pois devemos levar em conta a transformação das formas de regulação. Bauman trabalha essa contradição através da noção de mobilidade do capital, que parece ser acertada. A nova forma de regulamentação do jogo econômico leva em conta a absoluta liberdade de movimento do capital, ao passo que a dominação se produz pela capacidade de imobilização<sup>85</sup>. Mais do que nunca no capitalismo, este processo se dá no tempo da simultaneidade, o que nos leva a concluir que o sistema de acumulação flexível se apóia, sobretudo, na mais radical compressão do espaço-tempo até então experimentada. Neste sentido, o mundo da acumulação flexível torna o sistema financeiro – instrumentalizado pela tecnologia da comunicação - o mais poderoso artifício do capital na destruição definitiva das barreiras espaço-temporais.

O Estado acaba mesmo por ser um obstáculo a esta liberdade de movimento do capital. Não há, como no fordismo, um papel regulador da economia a ser exercido pelo poder estatal; as tarefas de coordenação ficam a cargo do sistema financeiro, que define o direcionamento dos fluxos de capital, numa velocidade nunca antes experimentada. O neoliberalismo ou a nova versão da ideologia do não-intervencionismo econômico será responsável por concretizar a hegemonia desta nova forma de acumulação, reorganizando a intervenção estatal que, na realidade, não deixa de existir. Com efeito, a ideologia do não-intervencionismo não condiz com a prática dos governos no regime de acumulação flexível<sup>86</sup>: uma política monetária firme e deflacionária, uma política de perseguição a todo custo do superávit fiscal, o desmantelamento da rede de bem-estar social e sua substituição por uma rede muito mais dispendiosa de contenção penal dos conflitos sociais, a transferência de recursos estatais para solucionar os problemas de instabilidade financeira. Somam-se a isto as novas formas de intervencionismo militar que ganham uma dimensão estratégica no controle de recursos como o petróleo, especialmente após os atentados de 11 de setembro.

### **C) O Pós-modernismo como a Lógica Cultural do Mundo da Acumulação Flexível**

Ao acentuarmos a relação entre a modernidade e o sentido de crise, tentamos demonstrar que as práticas materiais de organização do espaço e do tempo e sua representação podem fornecer uma estrutura interpretativa para o entendimento da relação entre as

---

<sup>84</sup> Ibidem, p. 150.

<sup>85</sup> BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

<sup>86</sup> Harvey chega a dizer que os governos foram, na prática, forçados a intervir mais: “deixando de lado o grau até o qual as evidentes inseguranças da acumulação flexível criam um clima conducente ao autoritarismo do tipo Thatcher-Reagan, a instabilidade financeira e os enormes problemas de endividamento interno e externo obrigam a intervenções periódicas em mercados financeiros instáveis. O uso do poder da Reserva Federal para melhorar a crise da dívida mexicana de 1982, a concordância do Tesouro norte-americano em bancar o que equivalia a 20 bilhões de dólares de dívida mexicana junto aos bancos norte-americanos registrados como perda, em 1987, são dois exemplos desse novo tipo de intervencionismo nos mercados internacionais”. HARVEY, David. *A Condição Pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992. p. 159.

transformações político-econômicas e a mudança cultural. A tendência à expansão do capitalismo produz constantemente novos reajustes do tempo e do espaço e, em períodos de quebra deste ritmo expansivo, instaura-se uma crise cuja representação estética tende a captar os efeitos destes reajustes.

A crise do fordismo leva a uma nova e radical compressão do espaço-tempo, e à novas respostas a esta compressão. O conjunto dessas respostas no plano cultural é o que chamamos de pós-modernismo; um movimento teórico e estético que, pela natureza da crise a que responde, sugere que estamos vivendo um período de insegurança e incerteza sem precedentes. Não obstante, este movimento afirma de maneira bem segura os valores do multiculturalismo, da pluralidade, da fragmentação e da instantaneidade. Não sem razão: de fato, há no mundo fordista algo de homogeneizador e autoritário, e os movimentos que compõe a “política da diferença” reivindicam a democratização do acesso às mesmas oportunidades – seja na direita ou na esquerda política – neste mundo onde o “novo tipo de homem” era, na verdade, o homem branco europeu ou norte-americano. De todo modo, este é um movimento que ascende em um período de derrota política dos movimentos radicais da classe trabalhadora nos países centrais do capitalismo. Uma derrota que se dá, como vimos, pela implementação sistemática da estratégia de hegemonia repressão-cooptação e resulta no controle do trabalho pelo trabalho aliado com o capital. Em outro sentido, a esquerda internacionalista se fragmenta com os desvios stalinistas, levando para o centro das críticas ao socialismo episódios como a “Primavera de Praga” em 1956, além das denúncias por parte do PCUS dos crimes políticos de Stálin. Entretanto, a crítica pós-modernistas pretende-se mais ampla do que uma crítica ao marxismo, muito embora suas respostas ao mundo da acumulação flexível não atentem para o caráter central de uma formulação política de classe e deveriam fazê-lo desconstruindo, como gostam dizer, o senso comum anti-marxista.

A reestruturação dos processos de trabalho de maneira flexível exerce um papel determinante na luta de classes. No entanto, as afirmações de que as “classes acabaram” ou a “luta de classes não é mais fundamental” parecem reforçar a opção pelo empreendedorismo e o super-individualismo vividos no ambiente de competição fratricida do mundo da acumulação flexível, algo que a visão libertária do pós-modernismo “de esquerda” não dá conta. A desconstrução das identidades em favor da alteridade reivindicada pelo pós-modernismo torna-se um prato cheio para uma sociedade de padrões flexíveis de consumo quando não consideradas sob o olhar crítico da perspectiva classista. Ao mesmo tempo em que a reivindicação pela inclusão de negros, mulheres, homossexuais e outros grupos de excluídos do mundo fordista, por si só, não leva necessariamente a uma política radical e conseqüente. Se esta inclusão se dá em mercados de trabalho flexíveis, onde não há garantias de colocação nem para altos executivos, então não há nenhuma vantagem em reivindicar a inclusão de gênero e étnica e não combater os desvios da flexibilidade ao mesmo tempo, o que só pode ser feito por uma política de classes.

O outro lado da moeda é a falta de ameaça ao sistema como um todo, o que traz muito conforto para a perpetuação do regime de acumulação flexível. O descrédito teórico da abordagem materialista histórica de representação da totalidade social acaba por direcionar os críticos para “projetos mais modestos, porém viáveis”<sup>87</sup>, no contexto de sua prática política. Paradoxalmente, muitos críticos reconhecem o poder do capital na condução da vida social, sem que isso signifique uma identificação de sua real composição, com suas frações e seus interesses conflitantes. Uma visão reducionista, sem dúvida, que é ainda mais equivocada ao dirigir sua atenção ao capital enquanto força política, mas não à classe trabalhadora.

De modo geral, o pós-modernismo é um gênero de respostas teóricas e estéticas à “intensa fase de compressão do espaço-tempo que tem tido um impacto desorientado e

---

<sup>87</sup> EAGLETON, Terry. *As ilusões do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998. p 20.

disruptivo sobre as práticas político-econômicas, sobre o equilíbrio do poder de classe, bem como sobre a vida social e cultural”<sup>88</sup>. O sentido da insegurança, que Marx abordava como inerente à sociedade capitalista no *Manifesto do Partido Comunista*, é tornado endêmico pela acumulação flexível. Uma insegurança que se traduz na impossibilidade de um planejamento de longo prazo, tanto individual quanto coletivo. Uma insegurança materializada em desordem, a fim de se manter o controle geral de uma sociedade na qual a ação coletiva dos trabalhadores cede cada vez mais espaço às estratégias de sobrevivência individuais da economia informal. O Estado, por sua vez, perde aquela transitória legitimidade advinda do período de bem-estar, no qual parecia efetivamente ter se colocado acima das classes: flexibiliza de direitos que resultaram da luta histórica dos trabalhadores e reprime as estratégias de sobrevivência.

Fragilizam-se todos os vínculos sociais e até mesmo as relações afetivas podem ser tornar relações de consumo<sup>89</sup>, relações onde o “outro” não passa de um objeto a ser utilizado para o próprio prazer. A efemeridade e volatilidade das coisas é estimulada pela a obsolescência instantânea dos modismos e da cultura pop que se aliam à publicidade com intuito de vender o máximo de coisas relacionadas com o seriado da TV ou a banda do momento. Além disso, a publicidade consegue vender qualquer coisa ao realizar uma associação entre a mercadoria e o trinômio dinheiro-poder-sexo. Não é preciso assinalar que na acumulação flexível, a produção constante de novas necessidades adquire a velocidade do instante.

Esta radical compressão do espaço-tempo, por mais desorientadores que sejam seus efeitos na *práxis* política e na ideologia, leva-nos a concluir que estamos muito distantes de uma superação da modernidade capaz de inaugurar um novo período histórico: a única condição na qual isto seria possível seria uma alteração radical nas relações de produção capitalistas. Mas o mundo do trabalho flexível parece ser mesmo um exemplo daquela tendência adaptativa que inseríamos dentre as características essenciais do modo de produção capitalista, resgatando formas pré-capitalistas de exploração e alienação da atividade material humana. Nem mesmo o crescimento assustador da especulação, responsável por uma suposta “desmaterialização” da economia, é capaz de tirar a concretude da convivência contraditória destas formas arcaicas com as mais avançadas formas de trabalho. Aliás, quanto mais especulação houver, mais estas formas retornarão a vigorar. Como dizia Marx: “a miséria do trabalhador põe-se em relação inversa à potência e à grandeza da sua produção”<sup>90</sup>. O mesmo pode ser dito em relação à totalidade da classe trabalhadora, especialmente num período em algumas empresas batem todos os recordes históricos de lucratividade.

#### **D) Controle Social no Mundo da Acumulação Flexível: Criminalização da Pobreza e o Estado Penal**

O mercado de trabalho flexível e as inovações tecnológicas e organizacionais expulsam boa parte da mão-de-obra para a subcontratação, o emprego temporário ou para informalidade. Estas mudanças nos processos de trabalho afetam definitivamente os projetos de vida individuais e coletivos na pós-modernidade. A incerteza e a insegurança do mundo do trabalho é confrontada com a ordenação e certeza do mundo perfeito construído pelas campanhas de publicidade e pelas narrativas televisivas, que reproduzem o discurso hegemônico do mundo do empreendedorismo e do super-individualismo. Este artifício estético e imagético é essencial para a hegemonia capitalista no mundo da acumulação

---

<sup>88</sup> HARVEY, David. *A Condição Pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992. p. 258.

<sup>89</sup> Sobre isto, ver BAUMAN, Zygmunt. *Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2004.

<sup>90</sup> MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

flexível, não apenas por sua capacidade de empurrar novas mercadorias, como também por sua capacidade de fazer da economia de mercado e da competição fatos naturais. Os antagonismos de classe são irrelevantes, neste sentido, uma vez que não há diferença social entre patrões e empregados que não possa ser superada pelo “trabalho duro e mérito individual”. A pobreza aparece como um resultado óbvio da indolência e da insubordinação. Trata-se de um resgate de elementos da ética protestante, num período histórico em que a ocupação da força de trabalho no emprego formal é uma exceção e no qual a maioria das ocupações informais são duramente reprimidas. A este resgate da ética do trabalho corresponde a fixação de estereótipos de sucesso individual e da valorização de níveis de consumo irreais para a maioria da população. Ao tornar a desigualdade social uma fábula a ser reproduzida pela comunicação de massa, torna-se para o discurso hegemônico fácil a supressão dos antagonismos de classe no plano ideológico.

Isto tem sérias conseqüências políticas. De início, torna-se muito mais difícil a tarefa de organização política em torno da luta de classes nos locais de trabalho, dada a instabilidade do emprego nas condições flexíveis. O medo do desemprego soma-se a fácil aceitação da ideologia do empreendedorismo e das ideologias difundidas a fim de identificar o trabalhador com os objetivos da empresa. Cada vez mais, a dificuldade de organização afasta a superação daquele senso imediato da competição capitalista, onde todos são, a princípio, inimigos. E para além do mundo do trabalho formal, está um contingente cada vez maior de trabalhadores informais para os quais a inimizade da competição capitalista se torna uma questão de sobrevivência, e a organização em torno da luta política uma impossibilidade material, ainda mais sob o duro controle repressivo estatal de sua atividade. Assim, a representação do conflito social de classe torna-se distante e despolitizada.

Os conflitos sociais são, no entanto, inevitáveis. De um lado, por que as estratégias de sobrevivência na economia informal podem incluir o exercício de atividades ilícitas e, como veremos, a energia coercitiva e orçamentária do Estado neoliberal é dirigida contra elas. De outro, as insatisfações e descontentamentos com este estado de coisas e a fragmentação dos movimentos de classe levam a respostas políticas fragmentárias, através de inúmeros movimentos sociais com reivindicações específicas.

Como dissemos, o Estado neoliberal se caracteriza por uma nova qualidade de intervencionismo econômico, não mais no plano do estímulo ao pleno emprego e ao consumo de massa, mas na regulação de mercados financeiros, no pagamento de dívidas interna e externa e na contenção da inflação. Ao invés de controlar e amenizar os desequilíbrios sociais gerados pela economia do mercado, o Estado se ausenta da política social, desfaz a rede de bem-estar e precariza os serviços públicos essenciais. As dificuldades na formulação de uma política de classes torna a flexibilização das conquistas históricas dos trabalhadores no campo dos direitos sociais um projeto viável em menor prazo. No entanto, como a experiência de consolidação do mundo fordista provou, se não há um controle das desigualdades por meio de políticas sociais, existe uma tendência de ascenso dos movimentos de trabalhadores, por mais que a lógica pós-moderna “de esquerda” não formule uma perspectiva unificada desses movimentos. Torna-se necessário, na perspectiva do domínio de classe, renovar o controle estatal das insatisfações e resistências ao projeto neoliberal, num momento em que se agudizam as contradições do capitalismo.

É neste cenário que a criminalização da pobreza e o Estado Penal tornam-se respostas complementares e interessantes para o capitalismo neoliberal. E assim como no fordismo, a sociedade norte-americana, especialmente a partir do governo Reagan, é responsável pela implantação pioneira de diferentes experiências no campo do controle social em condições de acumulação flexível. Segundo Dornelles, “a partir dos anos 80 do século XX, a política interna e as práticas da política internacional norte-americana passaram a colocar em suas agendas a questão das políticas de segurança pública ultrarepressivas, tanto no plano interno



quanto nas relações internacionais, exportando idéias, valores e modelos que estimulam os países da Europa e da América Latina a adotarem políticas de segurança rígidas e duras, particularmente em matéria de narcóticos”<sup>91</sup>.

Muito embora o Estado de bem-estar social americano seja na verdade, um Estado-caritativo<sup>92</sup>, como diz Wacquant, a criminalização da pobreza é o aspecto ideológico que acompanha sua ausência no plano das políticas sociais de controle. Isto implica o resgate neoconservador de concepções positivistas e funcionalistas para formar a opinião pública, como no livro *The Bell Curve: Intelligence and Class Structure in American Life*, de Charles Murray e Richard Herrnstein, onde os autores sustentam que a origem da desigualdade social é a diferença de capacidades cognitivas individuais. “A própria desigualdade seria o resultado não de modelos políticos ou socioeconômicos, portanto, com bases sócio-estruturais e históricas, mas sim carências individuais no campo intelectual e moral. (...) Não se deveria responsabilizar os mais ricos, os detentores do capital, ou o modelo de desenvolvimento que concentra riqueza, mas sim responsabilizar os próprios pobres, ou a sua incapacidade natural, pela sua pobreza”<sup>93</sup>. Estas idéias não são formuladas diretamente pelas políticas públicas e, neste sentido, é essencial uma concepção ampliada do Estado, onde os aparelhos privados de hegemonia trabalham em simbiose com a máquina estatal na reprodução e difusão de ideologias.

Os meios de comunicação de massa – um setor onde é altíssima a concentração empresarial, a serviço dos grandes orçamentos de publicidade - trabalham não só para difundir a criminalização da pobreza como em outra poderosa estratégia: a difusão da cultura do medo. A insegurança e incertezas endêmicas da condição pós-moderna são aliadas ao discurso criminalizador dos conflitos sociais para criar um estado de guerra, manipulado o medo coletivo e o sentido de desordem para depois exigir segurança a qualquer custo, inclusive com o sacrifício dos direitos e garantias fundamentais. O medo e a insegurança caminham lado com a necessidade manutenção da lei e da ordem, onde os direitos humanos aparecem como “privilégios de bandido”, como obstáculos a pacificação dos conflitos sociais.

A versão neopositivista da pobreza ganha uma amplitude enorme, se considerarmos a aprovação, pelo governo Clinton, da “Lei sobre Responsabilidade Pessoal e Trabalho”, em 1996. Trata-se da reforma da assistência social norte-americana, operacionalizada por um corte nos supostamente generosos recursos a ela destinados, em programas como o AFDC (*Aid to Families with Dependent Children*), o SSI (*Supplementary Security Income*), e os *food stamps*, que atingem os 39 milhões de americanos abaixo do “limiar federal da pobreza”. O objetivo declarado da lei é o de acabar com a “cultura da dependência” que os setores vulneráveis da população desenvolviam em face da rede de bem-estar social do Estado,

---

<sup>91</sup> DORNELLES, João Ricardo W. *Conflito e Segurança – entre Pombos e Falcões*. Rio de Janeiro: Lúmen Iuris, 2003. p. 54. Entre estas políticas, Dornelles situa a política de “Tolerância Zero” do prefeito de Nova Iorque, Rudolf Giuliani. Trata-se de uma política de repressão penal voltada para a população de rua, sustentada com base na idéia de que era preciso reprimir duramente os pequenos delitos para coibir o cometimento de crimes em geral. O autor aponta o Manhattan Institute e a Heritage Foundation como os principais difusores da ótica criminalizadora da pobreza que serviu de embasamento ideológico para a política de “Tolerância Zero”, através da teoria das “janelas arrombadas”: “os inimigos sociais estão nas ruas, são os ‘squeegee-men’, indivíduos ‘sem-teto’, que vivem nas ruas, abordam pessoas na calçada, pedem esmola, assediam motoristas de automóveis nos sinais luminosos, prestando serviços em troca de moedas, são os ambulantes, mendigos – considerados vadios – uma população de rua em estado de indignância. São subproletariado urbano, o ‘lumpensinato’ que representam o mal a ser eliminado”.

<sup>92</sup> “Mais do que Estado-providência seria justo falar de Estado-caritativo, na medida em que os programas voltados para as populações vulneráveis foram desde sempre limitados, fragmentários e isolados do resto das atividades estatais”. WACQUANT, Loïc. *Punir os Pobres: - A Nova Gestão da Miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Revan, 2003. p. 20.

<sup>93</sup> DORNELLES, João Ricardo W. *Conflito e Segurança – entre Pombos e Falcões*. Rio de Janeiro: Lúmen Iuris, 2003. p. 58.

fazendo com que seus beneficiários passem da “assistência ao emprego”. Uma visão perversa da clientela dos programas sociais, pois desconsidera o fato de que “efetivamente, a maioria dos beneficiários do AFDC exerce alguma atividade pecuniária, legal ou ilegal, formal ou informal, e pelega duramente para fechar o mês”<sup>94</sup>. Segundo Wacquant, a reforma serve apenas para “colocar a miséria fora da lei e jogar seu peso sobre as famílias mais desfavorecidas”<sup>95</sup>, haja vista que não há na reforma a formulação de uma política de emprego. Além disso, há um caráter racista implícito na popularidade que adquiriu a reforma, uma vez que o eleitorado americano – branco e de classe média – concebe o setor do *welfare* como um “beneficiador dos negros”<sup>96</sup>.

A contrapartida da política social de “guerra aos pobres” é um processo de hiperinflação do sistema prisional nos Estados Unidos, desde o final da década de 70. Concretamente, ela decorre muito menos de um prolongamento dos tempos de pena do que da aplicação de penas cada vez mais severas a infrações sem gravidade e da aplicação da lei penal a menores de dezesseis anos. Em outras palavras, esta expansão carcerária “não se explica pelo aumento da criminalidade violenta, mas pela extensão do recurso à prisão para uma gama de delitos que até então não incorriam em condenação à reclusão”<sup>97</sup>. Os índices de criminalidade, ao contrário do que afirma o discurso hegemônico, estavam estagnados quando do início dessa expansão<sup>98</sup>. E para além do recurso à prisão, está um número muito maior de indivíduos submetidos à tutela da justiça, criando uma verdadeira “rede penal” de controle. Todo este processo, como observa Wacquant, é impulsionado pela política de “guerra às drogas”.

O perfil sociológico da clientela desta rede penal demonstra justamente a funcionalidade cumprida pelo Estado Penal. São justamente aquelas categorias de trabalhadores que não encontram encaixe no mundo do trabalho formal em condições de acumulação flexível, e se dedicam às estratégias de sobrevivência na economia informal da rua das cidades, os *working poor*. Além disso, são em sua maioria trabalhadores negros, o que leva o Wacquant a concluir pelo caráter substitutivo que a prisão exerce em relação ao gueto.

A nova penologia em tempos de acumulação flexível se completa com as tendências de privatização da assistência social e do sistema prisional, além dos crescentes investimentos em tecnologia e recursos humanos para segurança e vigilância privada. Este é, sem dúvida, um mercado em ascensão, e já existem experiências consolidadas no campo das prisões privatizadas. Só a multinacional Sodexho, que explora diversos ramos de parcerias público-privadas, administra 92 prisões na Europa e nos Estados Unidos, nas quais explora o trabalho dos detentos pagando menos do que o salário-mínimo<sup>99</sup>.

O aspecto mais patente da incoerência do Estado Penal é sua expressão orçamentária. Apesar do clamor neoliberal por redução do gasto público e, em especial do gasto em políticas sociais, “entre 1976 e 1989, os gastos carcerários dos estados norte-americanos duplicaram (+95%) em dólares constantes, enquanto os créditos destinados aos hospitais aumentavam apenas 5% e as somas alocadas às escolas e às universidades diminuía (em 2% e 6% respectivamente). Ao mesmo tempo o orçamento das ajudas sociais via-se amputado em

---

<sup>94</sup> WACQUANT, Loïc. *Punir os Pobres: - A Nova Gestão da Miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Revan, 2003. p. 43.

<sup>95</sup> *Ibidem*, p.45.

<sup>96</sup> *Ibidem*, p.42.

<sup>97</sup> *Ibidem*, p. 64.

<sup>98</sup> “Esta brusca inversão da curva demográfica carcerária seguida de um vôo que nada parece capaz de refrear é ainda mais notável por se ter produzido durante um período de estagnação, quiçá de recuo da criminalidade”. *Ibidem*, p. 64.

<sup>99</sup> Fonte: *site* da ONG Corporate Watch - [www.corpwatch.org](http://www.corpwatch.org)

41%”<sup>100</sup>. Exemplos como este são significativos ao se comprovar o caráter ideológico e classista do reajuste neoliberal, traduzido não apenas por uma nova forma de intervencionismo econômico em favor da segurança do capital, como também pela explosão orçamentária no setor de segurança pública.

#### IV- Controle Social no Brasil Contemporâneo e a Cidade do Rio de Janeiro<sup>101</sup>

Há exatamente duas décadas o Brasil vivenciava a entrega do poder pelos militares e a transição para o governo civil. Em outubro 1988 promulgou-se uma nova constituição, pela qual cai definitivamente o regime dos atos institucionais e são consagrados direitos e liberdades fundamentais, ao lado de direitos sociais e econômicos. Os termos em que foi editada a constituição abriam espaços para inúmeros avanços no sentido de uma democratização efetiva a partir do Estado no Brasil, bruscamente interrompida pelo golpe de 64. No entanto, vinte anos depois podemos dizer não só que estes avanços efetivos foram poucos, mas que estamos vivendo um período de intenso recuo no qual o legado histórico de práticas autoritário se atualiza em condições institucionais democráticas<sup>102</sup>.

Ao longo deste trabalho, procurou-se de sobremaneira realizar um esforço de contextualização da contemporaneidade histórica, ou seja, do atual regime de acumulação dentro do modo de produção capitalista. Entendemos que o compromisso fordista-keynesiano, no qual o Estado cumpria a tarefa de amenizar as contradições do capitalismo através de políticas públicas voltadas para a segurança social, é solapado diante de uma nova crise de superacumulação e que a resposta a esta crise é um conjunto de reajustes flexibilizadores nos processos de produção, de trabalho e nos padrões de consumo. Neste contexto, o Estado assume uma nova qualidade de intervenção econômica e social, caracterizada pela promoção de segurança aos fluxos de capital, pela retirada das políticas sociais e sua substituição por políticas de segurança pública de corte classista e repressivo.

O fim do regime militar brasileiro é contemporâneo não da crise do mundo fordista, mas da consolidação do mundo da acumulação flexível nos países de capitalismo central. No período do golpe, a política externa norte-americana da Guerra Fria definia a premência da contenção do comunismo na América Latina, especialmente após a Revolução Cubana. A influência desta política da *guerra total* sobre os militares brasileiros torna-se evidente na conjuntura que antecede o golpe. Qualquer dúvida em relação a isto se desfaz levando-se em conta o modo como os militares de toda América Latina desenvolveram uma relação de proximidade extrema com o pensamento estratégico do *National War College* de Washington e com a doutrina da segurança nacional após a segunda guerra mundial<sup>103</sup>. Neste sentido, o

---

<sup>100</sup> WACQUANT, Loïc. *Punir os Pobres: - A Nova Gestão da Miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: b Revan, 2003. p. 85.

<sup>101</sup> Pretendo desenvolver a temática deste capítulo na monografia de final de curso, onde farei também uma análise de dados estatísticos sobre segurança pública, economia informal e habitação no Rio de Janeiro.

<sup>102</sup> “E é aqui que se revela a ambigüidade e o paradoxo da realidade brasileira, já que o retorno às práticas democráticas, a partir de meados dos anos oitenta, fez surgir os elementos institucionais de uma sociedade democrática. No entanto, sobreviveram outros elementos opostos com o advento das práticas institucionais democráticas. Assim, coexistem elementos positivos, que emergiram do processo de transição democrática, com os elementos negativos, que se originam na herança histórica autoritária, elitista e excludente da sociedade brasileira, aprofundados com a experiência de vinte anos de regime militar”. DORNELLES, João Ricardo W. *Conflito e Segurança – entre Pombos e Falcões*. Rio de Janeiro: Lúmen Iuris, 2003. p. 111.

<sup>103</sup> Sobre isto, ver Comblin: “A guerra explode. Após hesitar Vargas resolve enviar um corpo expedicionário que lutará na Itália ao lado dos americanos sob o comando do General Mark Clark. Os tenentes tornaram-se coronéis. Ao término da guerra, passam a manter contatos cada vez mais profundos com os Estados Unidos. Da guerra e desses contatos guardam duas coisas: a extraordinária

enfraquecimento da bipolaridade e a desagregação do mundo comunista geram a redefinição da política externa norte-americana, contemporânea da redefinição do papel do Estado no mundo da acumulação flexível e do início do processo de derrubada das ditaduras latino-americanas. Os principais inimigos estratégicos da nova ordem de supremacia norte-americana e, por conseguinte, do resto do “mundo livre”, são o terrorismo, o narcotráfico e os movimentos sociais. Devemos estabelecer estas conexões, se quisermos entender como os militares brasileiros perdem o apoio das elites civis, do empresariado nacional, fato que vai desestabilizar o regime e criar dentro das forças armadas à aceitação da idéia da transição que, como disse Geisel, se processaria de maneira lenta e gradual.

De fato, entre o governo Geisel e a eleição de Collor, passaram-se onze anos até a primeira eleição direta para presidente. Como observa Jorge Zaverucha, “convém lembrar que os militares apoiaram a assunção de Sarney e vetaram o nome de Ulysses Guimarães para suceder Tancredo Neves. Os militares também tiveram cacife político para negociar os termos de sua saída do governo”<sup>104</sup>. Entre os termos dessa negociação, estão o compromisso de não julgamento dos militares, o sigilo dos arquivos e o veto militar à realização de uma Assembléia Nacional Constituinte, somente aceitando um Congresso Constituinte. Esta influência dos militares na constituinte resulta, para Zaverucha, na inclusão de uma série de artigos não-democráticos na área de segurança pública, como a manutenção do papel das Forças Armadas de garantia dos poderes constitucionais e da lei e da ordem (art. 142) e das Polícias Militares e de Corpos de Bombeiros militares.

Mas a influência dos militares se estende para muito além do processo de transição. Após entregarem o poder, os militares assumem no governo FHC os principais cargos federais na segurança pública, especialmente no comando da Secretaria Nacional de Segurança Pública e da Secretaria Nacional Anti-Drogas. Estas duas secretarias são depois atreladas ao Gabinete de Segurança Institucional da presidência, juntamente com a recém-criada ABin (Agência Brasileira de Inteligência). E à frente do GSI temos um militar, o general Alberto Cardoso. A partir de então, o poder de definição dos rumos da política de segurança pública está nas mãos dos militares federais, que aplicaram a lógica da guerra total às instituições formalmente democráticas. Não apenas por intervenções diretas, como as utilizadas no Rio de Janeiro, mas por um serviço de inteligência cuja estrutura permanece idêntica à do regime autoritário. Com isso, podemos dizer que a origem escalada da militarização da segurança pública corresponde à adoção no Brasil do modelo americano de política anti-drogas. O que se observa, no entanto, é a extensão desta lógica de guerra para todas as ações de segurança, acompanhada de estratégias usuais do controle social neoliberal, como o a criminalização da pobreza, o encarceramento em massa, a difusão do medo e da insegurança.

Tendo em vista o desenvolvimento histórico da formação econômico-social brasileira, a função destes métodos de controle social não é idêntica à desempenhada nos países de centrais do capitalismo. Além de uma adaptação à perspectiva política, econômica e ideológica do mundo da acumulação flexível – e neste caso, devemos entender nosso encaixe nesta realidade da perspectiva do imperialismo – o “Estado Penal de Guerra” brasileiro perpetua o legado de exclusão social, autoritarismo e elitismo, que sempre conviveu com os

---

superioridade americana em tudo e, mais tarde, a realidade da guerra fria, que os afeta, que afeta o Brasil. Não há dúvida: o que eles captaram nos Estados Unidos foi precisamente o início do sistema de segurança nacional. Por isso desejam, antes de mais nada, adaptar ao Brasil a ideologia desse sistema. Voltam para o Brasil com a intenção de copiar o National War College. Uma missão militar americana é encarregada de auxiliar seus colegas brasileiros a fundar essa instituição, e a orientará durante doze anos: será a Escola Superior de Guerra”. COMBLIN, Joseph. *A Ideologia da Segurança Nacional – o Poder Militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 155.

<sup>104</sup> ZAVERUCHA, Jorge. *FHC, Forças Armadas e Polícia – entre Autoritarismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

processos de modernização do Brasil. Sua consolidação, em um momento onde a democracia brasileira parecia avançar, é sintomática do modo pelo qual as elites hegemônicas no Brasil os processos de transformação social. Cumpre entender como isto se dá na prática, sendo este um dos principais objetivos deste capítulo.

Neste sentido, sustentamos que a cidade do Rio de Janeiro é um modelo e um laboratório, tanto para experiências repressivas de controle social como para composição das diretrizes político-ideológicas que sustentam a hegemonia da elite brasileira. Por isso tendemos a entender que a maneira como estão se desenrolando os acontecimentos de São Paulo são, em parte, o início da adaptação do modelo forjado no Rio de Janeiro para a maior cidade do Brasil, o que terá repercussão no país inteiro. De fato, “nas últimas duas décadas do século XX (80 e 90), o discurso sobre o medo e da violência do crime passou a fazer parte da cena social e política, legitimando transformações das relações sociais no espaço urbano, com a formação de novos padrões de segregação espacial”<sup>105</sup>. Todavia, nenhum centro urbano brasileiro enfrentou estas questões como o Rio de Janeiro fez, desde o processo de transição para o governo civil. Já em 1983, o governo de Leonel Brizola – que, na visão dos estrategistas da ESG, foi a principal derrota política no momento de transição – colocava em pauta a política de segurança pública baseada nos direitos humanos e na participação popular. Desde então, presenciamos o ocaso desta perspectiva através da construção sistemática de um imaginário refratário a este tipo de intervenção, com as chacinas, arrastões, fechamentos de comércio pelo tráfico, entre outros. A perspectiva colocada pelo governo Brizola era oposta às tendências neoliberais, de um lado, e incomodava os militares e as elites por seu caráter participativo, de outro. Por um momento, pareceu às elites que havia possibilidade da afirmação da contra-hegemonia, na perspectiva dos setores populares, algo inimaginável mesmo em períodos democráticos, como revela o histórico de cooptação da organização política dos favelados<sup>106</sup>. Era preciso construir um símbolo de desordem e medo, para então legitimar a retomada do autoritarismo. Como denuncia Vera Malaguti: “naquela conjuntura os cariocas votaram com medo. Votaram com medo porque um espetáculo de horror havia sido arditamente construído, cotidianamente medido em centimetragem de manchetes de jornal, em minutos de noticiários televisivos que, a despeito das estatísticas, preparavam o espírito dos consumidores para o ato final, a tomada das favelas pelas Forças Armadas e a vitória eleitoral. O medo corrói a alma”<sup>107</sup>. Desde então, as forças reacionárias representantes do modelo neoliberal se apoderaram tanto do poder como principalmente dos “corações e mentes” dos cariocas. Obstruíram, mais uma vez, um processo de democratização em curso e definiram, pelo enredo da violência urbana, a trama política do Brasil contemporâneo.

Esta trama se torna ainda mais densa, à medida que observamos as raízes históricas da organização autoritária do espaço urbano carioca. Vimos anteriormente que práticas temporais e espaciais, bem como suas representações, podem ser fontes de poder social. A modernização urbanística do Rio de Janeiro, desde Pereira Passos, é um retrato da maneira como o Brasil expressa de maneira perversa suas contradições de classe: através de metáforas como “cidade partida”, perpetua-se no senso-comum o sentido de apartação da própria sociedade. A parte moderna e abastada da cidade é contraposta à favela como representante da civilização, de maneira que “os habitantes das favelas não são vistos como possuidores de direitos, mas

---

<sup>105</sup> DORNELLES, João Ricardo W. *Conflito e Segurança – entre Pombos e Falcões*. Rio de Janeiro: Lúmen Iuris, 2003. p. 125.

<sup>106</sup> Sobre isto, ver BURGOS, Marcelo Baumann. *Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro*. in ALVITO, Marcos e ZALUAR, Alba de et al. *Um século de Favela*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

<sup>107</sup> BATISTA, Vera Malaguti. *O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

como almas necessitadas de uma pedagogia civilizatória”<sup>108</sup>. Na realidade, a favela sempre fez parte da cidade e esta integração abrange tanto o aspecto econômico quanto o cultural. Este último é especialmente importante para compreendermos a maneira pela qual o universo cultural popular faz parte da vida das elites e é essencial para a hegemonia da apartação social. Em contraposição, a organização política de moradores de favelas décadas mais tarde representou para as elites um sério problema de controle social. Tais organizações denunciavam o caráter desigual da apropriação e do desenvolvimento do espaço urbano, para o qual se prestava o elitismo da municipalidade e das esferas de intervenção política. Diversos mecanismos foram então criados para trabalhar a cooptação deste setor popular, até que a ditadura militar optasse por uma intervenção coercitiva direta, para “erradicar a favela”. Com a redemocratização, torna-se paradoxal a perpetuação de tal política; coincidentemente a favela retorna ao centro dos problemas cariocas e brasileiros, a partir do resgate e da ampliação de sua associação com a criminalidade, violência e desordem. Se não é possível mais erradicá-las, trata-se de impor um estado permanente de controle, para o qual contribui o narcotráfico. Enquanto isso, o poder municipal busca conter seu crescimento e remover as favelas em áreas de interesse para especulação imobiliária. Na realização desta tarefa, os doze anos de governo César Maia foram fundamentais.

Em outro sentido, o governo César Maia se especializa no controle da crescente economia informal de rua e da mendicância, adotando o estilo Rudolf Giuliani de “tolerância zero”. Por trás das ações violentas da guarda municipal carioca está toda a ideologia de criminalização da pobreza, de higiene social e de militarização da segurança pública, algo extremamente usual para o controle social neoliberal. Cabe a nós entender o quadro geral da economia informal no Brasil, a fim de caracterizar os avanços dos ajustes econômicos de acumulação flexível. Em seguida, estabelecer a conexão entre este processo e os resultados da política de repressão implementada pelo longo período de administração César Maia para comprovar o corte classista de seu governo.

## Bibliografia

BATISTA, Vera Malaguti. *O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização – as Conseqüências Humanas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1999.

\_\_\_\_\_. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001

\_\_\_\_\_. *Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2004.

BURGOS, Marcelo Baumann. *Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro*. in ALVITO, Marcos e ZALUAR, Alba de et al. *Um século de Favela*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CASTRO, Lola Anyiar de. *Criminologia da Reação Social*. Rio de Janeiro: Forense, 1983.

---

<sup>108</sup> BURGOS, Marcelo Baumann. *Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro*. in ALVITO, Marcos e ZALUAR, Alba de et al. *Um século de Favela*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

\_\_\_\_\_. Criminologia da Libertação. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2005.

COMBLIN, Joseph. *A Ideologia da Segurança Nacional – o Poder Militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci – um Estudo sobre seu Pensamento Político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DORNELLES, João Ricardo W. *Conflito e Segurança – entre Pombos e Falcões*. Rio de Janeiro: Lúmen Iuris, 2003.

EAGLETON, Terry. *As ilusões do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

ENGELS, Frederich e MARX, Karl. *O Manifesto do Partido Comunista in Marx e Engels - Textos*, 3º vol. São Paulo: Edições Sociais, 1982. p. 24

\_\_\_\_\_. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GRUPPI, Luciano. *O Conceito de Hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

KOJÈVE, Alexandre. *Introdução à Leitura de Hegel*. Rio de Janeiro: Contraponto: EDUERJ, 2002.

LÊNIN, V. I. *Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*. in *Obras Escolhidas*. 2ª ed. Lisboa: Edições “Avante!”, 1981

HALL, Stuart. *O “Político” e o “Econômico”*. in POULANTZAS N. e HUNT A. *Classes e Estrutura das classes*. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1977.

HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HARNECKER, Marta. *Os Conceitos Elementais do Materialismo Histórico*. São Paulo: Edições Sociais, 1973.

HARVEY, David. *A Condição Pós-moderna – uma investigação sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

MARX, Karl. *Prefácio à “Contribuição à Crítica da Economia Política”* in *Marx e Engels: Textos*. 3º vol. São Paulo: Edições Sociais, 1982.

\_\_\_\_\_. *O Capital*, Livro I. 19ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. *Manuscritos Econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

WACQUANT, Loïc. *Punir os Pobres: - A Nova Gestão da Miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

ZAVERUCHA, Jorge. *FHC, Forças Armadas e Polícia – entre Autoritarismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Record, 2005.